

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

HAROLDO JUNIOR EVANGELISTA VIDAL

**(RE)DISCUTINDO SABERES (RE)CONSTRUINDO FAZERES:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**SÃO MATEUS
2014**

HAROLDO JUNIOR EVANGELISTA VIDAL

**(RE)DISCUTINDO SABERES (RE)CONSTRUINDO FAZERES:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Social, pela Faculdade Vale do Cricaré – FVC, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Edmar Reis Thiengo

Linha de Pesquisa: Educação e Desenvolvimento Regional.

**SÃO MATEUS
2014**

V648r

Vidal, Haroldo Junior Evangelista

(Re)discutindo saberes (re)construindo fazeres: reflexões sobre a educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental / Haroldo Junior Evangelista Vidal – São Mateus, 2014.
117 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2014.

Orientação: Prof.º Dr.º Edmar Reis Thiengo.

1. Educação sexual – História – Brasil. 2. Educação – Currículos. 3. Educação inicial – Escola Fundamental. I. Título.

CDD: 370.981

HAROLDO JUNIOR EVANGELISTA VIDAL

**(RE)DISCUTINDO SABERES (RE)CONSTRUINDO FAZERES:
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 06 de junho de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. EDMAR REIS THIENGO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador

Prof. Dra. NARA CUMAN MOTTA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Prof. Dr. VANILDO STIEG
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

*A todos e todas que tiveram suas vozes
silenciadas no decorrer de suas trajetórias escolares.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho deste porte, naturalmente, não se faz sozinho. Devo a muitos o agradecimento por me apoiarem, das mais diversas formas, na realização desta conquista.

Em primeiro lugar, naturalmente, agradeço a minha família, meu porto seguro. A minha mãe Clemilda Evangelista Vidal e meu pai Aroldo do Prado Vidal, minhas âncoras que não me permitiu perder o prumo ao longo da jornada e ao longo da minha vida, essa conquista é única e exclusiva de vocês, pois sempre me apoiaram e acreditaram em mim e nos meus idealismos.

Aos meus irmãos, Rosane Evangelista Vidal, Ronivaldo do Prado Vidal, Elizangela Evangelista Vidal e Elessandra Evangelista Vidal, minha parte mais adorada.

A meus amigos, que estiveram ao meu lado durante todas as minhas conquistas e aflições em todos esses anos: Tatiana Werneck Franklin, Eduardo Ribeiro Duarte, Dione Ferolla Varejão, Fábio Goldman, José Agostinho Correia Junior, Isaura Cabacinha Lopes, José Soares Júnior, Rotsen Elaine Rufino Lima, Fabrício Ascacibas, Marcelo Cardoso, Marcelo Aluísio Silva de Oliveira e Luziane Klitzeke de Oliveira e Henrique Freiria.

Recebe um agradecimento também Sr. Solimar Roberto Riva diretor presidente da Faculdade Vale do Cricaré - FVC, pelo incentivo e por me ajudar desde o início dessa jornada.

Por último, um agradecimento mais que especial ao Dr. Edmar Reis Thiengo, que me adotou como seu “orientando de criação” e me apoiou com sua inteligência ímpar, ideias, materiais e – o mais importante – entusiasmo e confiança de que eu seria capaz de realizar essa pesquisa.

A todas essas pessoas, o meu mais sincero MUITO OBRIGADO!

*“**P**recisamos resolver nossos monstros secretos, nossas feridas clandestinas, nossa insanidade oculta. Não podemos nunca esquecer que os sonhos, a motivação, o desejo de ser livre nos ajudam a superar esses monstros, vencê-los e utilizá-los como servos da nossa inteligência. Não tenha medo da dor, tenha medo de não enfrentá-la, criticá-la, usá-la.”*

(Michel Foucault)

RESUMO

Vidal, H. J. E. **(Re)discutindo saberes (re)construindo fazeres: reflexões sobre a educação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental.** Dissertação Mestrado Profissional, Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional. Faculdade Vale do Cricaré, Espírito Santo, 2014.

Esta pesquisa aponta uma discussão acerca da educação sexual, em especial aquela que deve(ria) ocorrer no âmbito da escola, especificamente nas séries iniciais do ensino fundamental. Para tanto, pautou-se em uma pesquisa de caráter bibliográfico acompanhada de uma pesquisa de campo realizada em duas escolas localizadas nos municípios de Vitória e Serra/ES. O objetivo central dessa investigação foi analisar os diferentes saberes e fazeres presentes no âmbito da educação escolar no tocante a educação sexual dos aprendizes, para então poder colaborar com o trabalho dos professores que cotidianamente lidam com crianças, jovens e adolescentes em pleno desenvolvimento sexual. Entendemos que as crianças e adolescentes têm o direito de serem educados integralmente. Tem também o direito à saúde, o direito de serem aceitos e serem amados e o direito ao lazer, e que deles seja exigido o cumprimento de seus deveres a fim de tornarem-se cidadãos responsáveis e críticos. As situações e possibilidades de intervenção descritas neste trabalho estão relacionadas à interdisciplinaridade, as quais profissionais cujas atividades são de certa forma ligadas à educação como psicólogos e sociólogos, podem trabalhar em conjunto, uma vez que os fenômenos humanos são grandes e muito complexos, como a sexualidade, a DST / AIDS, a gravidez na adolescência, os projetos de saúde e o de vida física e mental. Este estudo ao discutir a sexualidade, entende que discute a “vida” e por isso espera colaborar com professores e pais e sociedade abrindo portas para futuras pesquisas relacionadas à orientação sexual.

Palavras chaves: Educação sexual. Infância. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

Vidal, H. J. E. **(Re) discussing knowledge (re) constructing attitudes: reflections on sex education in the early grades of elementary school.** Professional Master's Dissertation, Graduate Program in Social Management, Education and Regional Development. College Valley Cricaré, Espírito Santo, 2014.

This research points to a discussion about sexual education, especially one that is (laughs) occur within the framework of the school, particularly in the early grades of elementary school. To do so, was based on a survey of bibliographical accompanied by a field survey conducted in two schools located in the cities of Vitória and Serra/ES. The main objective of this research was to analyze the different knowledges and practices present in the field of school education regarding sexual education of apprentices, to then be able to collaborate with the daily work of teachers who deal with children, youth and adolescents in full sexual development. We understand that children and adolescents have the right to be fully educated. Also has the right to health, the right to be accepted and be loved and the right to leisure, and that is required of them to comply with their duties in order to become responsible citizens and critics. Situations and possibilities of intervention described in this paper are related to interdisciplinarity, which professionals whose activities are somehow related to education as psychologists and sociologists can work together, since human phenomena are large and very complex, as sexuality, STD / AIDS, teenage pregnancy, health projects and the physical and mental life. This study when discussing sexuality, believes that discusses the "life" and therefore hopes to collaborate with teachers and parents and society by opening doors for future research related to sexual orientation.

Keywords: Sexual Education. Childhood. Elementary Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE.....	19
1.1 Educação sexual	23
1.2 Aspectos conceituais e históricos da educação sexual no Brasil	25
1.3 A abordagem da educação sexual no espaço escolar e as orientações curriculares oficiais: recuperação histórica.....	32
1.4 Os parâmetros curriculares nacionais: a orientação sexual enquanto tema transversal.....	39
1.5 (Des) caminhos da educação sexual.....	43
1.6 A educação sexual nas escolas: realidade ou utopia?	46
CAPÍTULO II EDUCAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA.....	51
2.2 Até que ponto uma sexualidade mal resolvida, mal direcionada ou equivocada atrapalha na aprendizagem.....	61
2.3 A erotização precoce na mídia pode causar prejuízos a um desenvolvimento saudável da sexualidade na criança?.....	62
2.4 Como ficam os filhos de pais que não lidam bem com sua sexualidade?..	64
2.5 As possibilidades que os professores têm para ouvir situação inesperada e carregada de tensão envolvendo a sexualidade	66
CAPÍTULO III RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO	71
3.1 A problemática da mediação professor/aluno na orientação sexual	73
3.2 A sexualidade: uma ação pedagógica na escola	79
3.3 Desenvolvimento infantil e a sexualidade.....	82
3.4 A construção de uma sexualidade infantil positiva	85
3.5 Família e educação sexual.....	88

3.6 A valorização da afetividade na educação sexual	91
3.7 Material, método e discussão dos resultados.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
ANEXO I.....	113
ANEXO II.....	114
ANEXO III.....	115
ANEXO IV	116

INTRODUÇÃO¹

Abordagens psicanalíticas caracterizam a adolescência como uma etapa de confusões, de estresse e de luto causados pelos impulsos sexuais que ingressam nessa fase do desenvolvimento, na qual os jovens sentem dificuldades de estabelecer uma identidade própria, apresentam uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetados pelos pais, irmãos, amigos e da sociedade, além de passarem, também, por desequilíbrios e instabilidades extremas, características nessa fase em que os jovens não são nem crianças, nem adultos.

Assim como os adolescentes, as crianças também passam por momentos de transição no decorrer do processo de socialização. Elas constroem livremente suas regras e normas de conduta, adquirem progressivamente sua autonomia, estabelecem seus princípios e valores morais, libertam-se da submissão dos adultos, como por exemplo, quando expressam sua opinião sobre determinado assunto, tomam decisões, respeitam os direitos dos outros, assumem responsabilidades pelos seus atos, estabelecem normas e regras para o bom funcionamento da classe, valorizam a lealdade dos personagens das histórias que são trabalhadas em sala de aula, em situações práticas, e valorizam a igualdade entre colegas. Para, assim tornarem-se adolescentes crítico e saudável.

Um dos aspectos básicos para qualidade de vida e responsabilidade de todo cidadão é valorizar seu próprio corpo, cuidando e conhecendo-se, adotando

¹ O presente trabalho foi estruturado de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 6023: 2002). Contudo, assumimos um modo particular de escrita que rejeita a grafia no masculino como universal, ou seja, destacamos tanto o gênero masculino quanto o feminino no decorrer do texto. Nas citações bibliográficas ao longo do trabalho, quando da primeira aparição da/o autora/autor, destacamos seu prenome e sobrenome com o intuito de esclarecer se estamos dialogando com um homem ou uma mulher. O conceito de representação é aqui posto a partir de sua compreensão pós-estruturalista. Nesse sentido, ela se refere ao modo como os significados das retóricas, narrativas e discursos dão sentido e posicionam os sujeitos, marcando assim suas identidades e/ou diferenças em um processo social, histórico e político. Desse modo, não a consideramos com um traço mental, rejeitando qualquer referência a uma entidade psicológica intrínseca ao ser humano. A representação só se faz inteligível a partir de sua inserção em uma cadeia de significações culturais que pretendem dizer o que ela é ou não é. (FURLANI, 2006).

hábitos saudáveis como a higiene pessoal, ao desenvolver e construir conhecimentos que elevam a sua autoconfiança em suas capacidades físicas, afetivas, cognitivas, ética, de relação interpessoal e de interação social. Sabendo utilizar essas informações e recursos recebidos, novos conhecimentos será adquiridos e assimilados quando o indivíduo sabe utilizar tais informações e recursos.

Todos os indivíduos têm o direito à autonomia sexual, ao prazer, à expressão sexual e ao cuidado disponível com a saúde sexual para a prevenção e tratamento de problemas, preocupações e desordens sexuais. Estas diretrizes constam da Declaração dos Direitos Sexuais, aprovada durante o XV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrida em Hong Kong (China), em agosto de 1999. “A sexualidade está inscrita no corpo, permeada por pensamentos, afetos, fantasias, desejos e sonhos. Ela é construída na interação com o outro, com os modelos culturais e simbólicos” (BALEIRO, SIQUEIRO, CAVALCANTE & SOUZA, 1999).

O conhecimento dos processos de evolução psicosexual começou a partir dos trabalhos de Sigmund Freud (1856-1939), que revelam que a sexualidade se expressa desde cedo na infância, quando os meninos começam a gostar da mãe, e as meninas a gostar do pai, denominados pelo pai da psicanálise como complexo de Édipo e complexo de Electra e respectivamente. Aproximadamente aos seis anos de idade os meninos e meninas começam a se dividir em grupos do mesmo sexo, ou seja meninos com meninos, e meninas com meninas. Isto engloba o aspecto social da vida criança, que vem sendo discutido na escola como tema transversal nos currículos, com o objetivo de sistematizar a ação pedagógica no desenvolvimento de cada aluno, e sem desconsiderar a sua identidade familiar, respeitando-a.

Segundo o Doutor em Ciências Políticas e Sociais Fernando Basto de Ávila, “uma das grandes responsabilidades da educação é precisamente esta: preparar o indivíduo para respeitar a dignidade do sexo e fazê-lo servir às exigências superiores do amor”². A educação sexual compreende elementos

² ÁVILA, F.B. **Diversidade sexual e de gênero na escola - Uma perspectiva Intercultural e Interrelacional**. Revista Espaço Acadêmico (UFRJ). , v.11, p.27 - 37, 2011.

informativos, concernentes à significação do sexo e sua função geradora, sua nobreza e sua dignidade³, como transmissor de vida, sob a absorção do amor e a aceitação dos sacrifícios e responsabilidades que ele impõe, ao lado das justas alegrias e satisfações que dele derivam.

Esse assunto vem sendo discutido desde a década de 70, devido a sua grande importância na formação de cada cidadão, e vem tomando maior relevância a cada dia, devido ao aumento do número de adolescentes grávidas, e de adolescentes que contraem doenças sexualmente transmissíveis (DST), incluindo a AIDS. Os tabus e preconceitos fazem com que as pessoas evitem buscar cuidados especializados, o que pode determinar sérias consequências para a saúde.

A maioria dos pais tem dificuldade em dialogar com seus filhos sobre sexualidade, não sabendo como agir diante dessa situação, ora dando a eles muita liberdade sem limites, ora os privando de coisas prazerosas da vida. Felizmente, os pais estão cada vez mais conscientes das dificuldades para tratar dos assuntos relacionados à sexualidade, e buscam nas escolas um auxílio para uma conversação mais aberta com seus filhos. Muitas famílias resistem à discussão dessas questões na escola, pois acham que ela incentiva mas não orienta.

O artigo de junho de 1995, publicado pela Data Folha, e relatado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, apontou que 86% de entrevistados em 10 capitais brasileiras aceitam que o tema sexualidade seja trabalhado nas instituições escolares. Isso já é um grande passo, visto que a união entre comunidade e escola traz excelentes resultados.

³ É a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida. (SARLET, 2011: p. 41).

Na adolescência os jovens sofrem com a discriminação, pois são muitas vezes privados de se expressarem sobre sexualidade, não perguntam aos pais porque têm vergonha ou receio, e acabam buscando informações em fontes não confiáveis, ou seja, se prejudicam, quando não buscam o diálogo com sua família, mas sim com “amigos”. Outro fator agravante é a influência da mídia, nas propagandas, novelas e filmes⁴, que os instigam ao mostrar cenas erotizadas, que os tornam mais curiosos perante a sexualidade.

Sendo assim, pais e professores deveriam refletir sobre suas ações ao tratarem do tema sexualidade, respeitando os valores familiares e culturais de cada criança que tem o desejo de saber e satisfazer suas curiosidades, para não gerar nela ansiedades e tensão, e para sanar suas dúvidas, contribuindo, conseqüentemente, para um aprendizado rico e saudável.

Esse tema deve ser discutido sob a ótica da interdisciplinaridade, em que as áreas do conhecimento são trabalhadas com o objetivo de proporcionar bons resultados contínuos e não esporádicos, sem sentido. É necessário fazer com que os jovens discutam, convivam, troquem experiências, e que adotem condutas preventivas para ampliarem seus conhecimentos e adquirirem consciência sobre os cuidados que devem ser tomados para evitar a gravidez, as DSTs e o contato com as drogas. (PCN, MEC/SEF, 2013: p. 23).

A sexualidade infantil desenvolve-se desde os primeiros dias de vida e evolui de forma diferente em cada etapa da infância e da adolescência a partir das possibilidades de cada indivíduo e de sua interação com o mundo, neste processo percebemos inicialmente as diferenças estabelecidas entre meninos e meninas a partir da descoberta de seus diferentes órgãos genitais, seguida pela descoberta da atração física, das experimentações, e das fantasias, ou seja, um processo que se origina com a descoberta do próprio corpo, do corpo do outro e a curiosidade proveniente dessa relação como o fato de querer

⁴ Nas pesquisas sobre as crianças e a mídia, foram detectadas muitas influências benéficas, muitas vezes provenientes de programas e outros conteúdos direcionados especificamente às crianças, como por exemplo, os que se referem à intensificação do aprendizado, das capacidades percepto-motoras, da competência social e da tolerância. (...) Segundo eles, a violência na televisão e no cinema tem influências múltiplas (BUCHT e FEILITZEN, 2002: p. 81).

conhecer o corpo de um amiguinho da escola, querer tocá-lo, e sentir a pessoa que está ao seu lado.

A educação sexual, na maioria das vezes, é tratada em um espaço restrito, por onde são transmitidos certos valores que cada família julga serem certos. A escola, por sua vez aborda o tema sexualidade a partir de ponto de vista variados, valores e crenças existentes na comunidade, na sociedade, para auxiliar os alunos a refletirem sobre suas descobertas, complementando o que eles já trazem de casa, apresentado os possíveis caminhos que cada um escolhe seguir, não sendo a escola, portanto, invasiva no desenvolvimento do comportamento dos mesmos. E como a escola fará isso?

Os professores trabalharão com textos informativos, tais como folders, revistas, jornais, vídeos e até com a Internet, mostrando para seus alunos as informações necessárias para o bom aproveitamento desse conhecimento em suas vidas: a partir de troca de ideias e experiências sobre como se prevenir de possíveis danos decorrente da má informação sobre o sexo.

Caberá ao professor ter uma boa postura e intervir quando necessário para decidir sobre as informações que serão compartilhadas com o grupo, e as que deverão ser mantidas para si. Caso algum aluno demonstre algo diferente em seu comportamento, este deverá ser orientado por um profissional especializado, separadamente e sigilosamente, para que não haja constrangimentos.

A escola poderá discutir a respeito dos preconceitos entre os gêneros, as doenças sexualmente transmissíveis, as crenças e atitudes existentes na sociedade em relação a sexualidade como, por exemplo, virgindade, e aborto. Tal discussão pode partir de uma reportagem ou vídeo, ou até mesmo de uma dúvida gerada em sala de aula por algum aluno e, a partir de informações científicas atualizadas, desenvolver neles atitudes coerentes aos seus próprios valores.⁵

⁵ BARROS CASSAL, L.C.; ZUCCO, L.P. **Diversidade sexual na visão de educadores** In: 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2009, Dourados/MS. Anais do 4 CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Dourados-MS : CBEU, 2009.

Um bom trabalho em Orientação Sexual se deve muito à relação professor-aluno e pais-escola, na qual ambos os grupos devem dialogar⁶, expor seus pontos de vista e esclarecer as questões referente ao sexualidade, pois isso é fundamental para o bem-estar de cada indivíduo. Como princípios fundamentais para a estruturação de uma educação sexual segura convém destacar a naturalidade, a verdade, e a lealdade por parte do educador, de tal forma que ele mereça a confiança do educando.

O papel da Escola é abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre a sexualidade possa aflorar. O trabalho de orientação sexual compreende a ação da escola como complementar à educação familiar. Portanto, quando o professor elaborar um projeto relacionado ao tema, a comunidade escolar deverá estar ciente dos princípios norteadores do trabalho, de forma clara e objetiva, já que ele, mesmo sem perceber, demonstra na prática diária de seu trabalho seus próprios valores concernentes à sexualidade, presente no modo em que ele opta por responder ou não às questões de natureza menos complexas levantadas pelos alunos. Afirma-se, portanto, a real necessidade de o educador ter acesso à formação específica para tratar do tema sexualidade com crianças e jovens nas escolas, pois dessa forma acreditamos na construção de uma postura profissional e consciente para tratar o tema. (VALLADARES, 2012: p. 44).

A partir de práticas educativas conforme já ilustradas, estaremos indo ao encontro dos objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que são desenvolver em seus alunos a consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade, prevenindo-se contra as doenças, sendo solidário com quem já tem uma doença, não discriminando-o, conhecer seu próprio corpo, fazer uma boa higiene pessoal, e sempre valorizar e cuidar de sua saúde.

⁶ [...] o problema não é afirmar um pólo e negar o outro, mas sim termos uma visão integradora, sem silenciar seus aspectos conflitivos, da relação entre igualdade e diferença. Hoje em dia não se pode falar em igualdade sem incluir a questão da diferença, nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade. (CANDAUI, 2010: p.4).

Com as crianças de 1ª a 4ª série, poderíamos iniciar partindo dos assuntos básicos como a função de cada órgão e membro do corpo humano, para assegurar o tratamento adequado às diferenças de gênero desde os primeiros anos de vida, tendo como instrumentos o vestuário, brinquedos e atividades diversificadas. Isso pode contribuir para que meninos e meninas adquiram, pouco a pouco, consciência sobre si e seu corpo.

No entanto, a falta de preparo para abordar o tema pode levar ao erro de confundir liberdade sexual desenfreada como sinal de virilidade, favorecendo o surgimento de uma cultura machista. Somado a isso também a uma distorção na interpretação dos conceitos de liberdade e igualdade, que faz com que muitos adolescentes tenham experiências sexuais prematuras e culposas, que trarão consequências danosas para seu futuro.

De acordo com Marques (2004) os critérios de avaliação seriam feitas por meio de observações e registros que o professor faria conforme os conhecimentos assimilados pela criança ou adolescente sobre o seu corpo, suas diferenças físicas, suas transformações durante a puberdade, para que a partir desses conhecimentos adquiridos eles descubram que isso faz parte de seu desenvolvimento natural, e com isso aprender a respeitar tanto a si mesmo quanto ao outro, e também a não discriminar os gêneros, pois todos são capazes de cumprir suas tarefas na sociedade, seja homem ou mulher.

A sexualidade como fenômeno normal da vida humana tem de ser enfrentada, compreendida e orientada para que o indivíduo possa garantir o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade.

Esta pesquisa de caráter bibliográfico preocupa-se em identificar uma lacuna deixada por alguns educadores sobre como inserir o tema em sala de aula, devido aos seus próprios valores, seja social, seja cultural. Muitos professores não conseguem ou não se sentem confortáveis em trabalhar com o tema, e conseqüentemente, não contribuem para a inserção do aluno nas discussões sobre sexualidade no contexto escolar.

A escola como uma instituição laica deverá capacitar seus educandos para que estes não se sintam excluídos, e sejam capazes de tratar o tema sexualidade de forma responsável e crítica. Para tanto é necessário considerar as identidades de gêneros e sexos como construções culturais que devem ser inseridas nos currículos escolares, refletir sobre o novo conceito de família e oferecer suporte pedagógico para subsidiar o trabalho docente.

No capítulo I iniciamos a pesquisa sobre os aspectos conceituais e históricos da educação sexual no Brasil, focando a educação enquanto fenômeno histórico e cultural, e mostrando as diferentes abordagens sobre ela em diferentes momentos históricos.

No capítulo II apontamos para um novo modo de olhar a educação sexual na infância, considerando que a criança já traz consigo um conhecimento espontâneo e empírico, e que é a partir deste que será construído o seu conhecimento científico.

No capítulo III abordamos a problemática da mediação professor/aluno no ensino da educação sexual, decorrente da falta de formação específica dos professores somada à falta de afinidade com o tema. Tais problemas não colaboram para o desenvolvimento infantil quando tratamos a sexualidade como um fator fundamental para a formação da criança.

Por fim, apresentaremos as considerações finais que julgamos necessárias.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

Para melhor compreender a sexualidade, é necessário saber como este assunto vem sendo abordado com o passar do tempo. É a partir do estudo sobre o tema que podemos ter uma visão mais ampla e crítica sobre o mesmo, o que nos torna aptos para desenvolver ideias e emitir opiniões referentes à sexualidade, que atualmente continua sendo um assunto polêmico.

Diante disso, acredita-se que a referência histórica é de extrema necessidade, pois compreendendo o passado, pode-se entender melhor o presente e conseqüentemente visualizar como se pode intervir para um futuro mais saudável.

Segundo Ribeiro (1999), desde o início da humanidade o homem precisou organizar-se para poder viver em sociedade. Para isso, se fez necessário criar regras de convívio e alguns limites para que houvesse respeito e igualdade entre eles. O sexo também foi inserido nessas normas, embora não de forma pacífica devido a relações de poder entre homens e mulheres. Em consequência disso, criaram então regras, exigências naturais e cerimônias para a prática do sexo.

Com o passar do tempo o homem percebeu a sua capacidade de modificar a natureza, ou seja, inserir-lhe valor. Surge, então, a cultura, que pode ser entendida como a capacidade do homem em modificar ou transformar a natureza, plantar, domesticar animais e ainda observar que através da copulação vem à reprodução e a paternidade, relacionando assim sexo e procriação.

O sexo deixou então de ser só biológico passando a ser também cultural. Assim sendo, cada cultura passou a ter suas próprias normas, crenças e valores referentes a esta questão.

Segundo Ribeiro (1999), na Antiga Grécia as mulheres, crianças e escravos não eram considerados cidadãos, sendo que as mulheres eram instituídas para os afazeres domésticos e raramente para a escrita. Seu casamento era arranjado pelos pais e o noivo a comprava, seria respeitada como esposa se desempenhasse seu papel de doméstica e reprodutora.

O homem, por sua vez, tinha o direito de se desenvolver recebendo uma educação especial desde o nascimento. Aprendiam música, aritmética, poesia, esporte, entre outros, o aspecto físico era cultivado e exaltado por acreditarem que o corpo belo obrigaria um espírito nobre. Em sua vida sexual existiam as prostitutas, as concubinas e as esposas, assim destacando o sexo reprodutor e o sexo prazeroso.

As descendências de filhos legítimos viriam de esposas de elite da sociedade. Havia as concubinas, que quando seus amantes não mais as queriam, se vendiam a bordeis tornando-se prostitutas. A prostituição era permitida, chegando a ser considerada sagrada quando praticada em templos em honra aos deuses. A virgindade não era valorizada por razões morais, apenas aumentava o valor da noiva.

No casamento a mulher poderia pedir o divórcio em caso de provocação extrema, mas certamente a infidelidade do marido não estava incluída neste tipo de provocação. Os casamentos em Roma eram monogâmicos, mas os homens tinham poder total sobre as mulheres, eram infiéis, porém se elas cometessem faltas, eles as castigariam e se elas cometessem adultério eles as matavam para lavar a sua honra.

Por volta dos primeiros séculos da Idade Média, só quem tinha o privilégio de estudar, eram os monges. Para estudar, os homens teriam que se tornar padres, enquanto as mulheres não tinham acesso à aprendizagem. Elas, também, não possuíam existência legal, visto que saíam do domínio dos pais para o domínio do marido.

Havia uma grande reflexão em relação à sexualidade, o sexo só era dentro do casamento para fins de reprodução, mas com muitas restrições, impostos pela igreja. A partir do Século VIII, as atitudes em relação ao amor e ao sexo foram se transformando.

[...] o dever conjugal, a capacidade de desempenhá-lo, a forma pela qual era cumprido, as exigências e as violências que o acompanhavam, as carícias inúteis ou indevidas às quais serviam de pretexto, sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril, os momentos em que era solicitado (períodos perigosos da gravidez e da amamentação, tempos proibidos da quaresma ou da abstinência), sua frequência ou raridade: era sobretudo isso que estava saturado de prescrições. O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações. A relação matrimonial era o foco mais intenso das constrições; era sobretudo dela que se falava; mais do que qualquer outra tinha que ser confessada em detalhes. (FOUCAULT, 1999: p. 38).

Somente no Século XV que as pessoas passaram a pensar em si mesmas como indivíduos e passaram a aceitar seus desejos, percepções e impulsos como fenômenos naturais. A partir do século XVI aconteceram grandes transformações devidas a evolução do estado, que passou do *status* de associação de pessoas para institucionalização cada vez mais complexas.

Novas conquistas territoriais propiciaram a intensificação do comércio, nascendo assim uma nova classe social: a burguesia, cada vez mais importante na sociedade, porém, muito lenta e profunda expondo mudanças nos valores sociais e morais.

De acordo com Lapate (1996) a ambição no século XVII, era um ideal que deveria ser cultivado desde criança. O menino era criado para desejar sempre ter mais posses, para chegar a um nível cada vez mais alto da sociedade tendo uma reputação à altura dos valores e demandas econômicas e sociais.

Conforme Ribeiro (1999), os jovens do século XVIII procuravam dirigir sua atenção para os estudos como forma de canalização de sua energia sexual reprimida, uma prática que estendeu até o início do século XX.

Nos colégios criavam-se regras que mantinham os jovens sempre ocupados, além de constante vigia em seus dormitórios. Tudo isso serviu para despertar

curiosidades a respeito da sexualidade, até então ocultas. O homem tornou-se sensível a estímulos que suscitasse qualquer tipo de estímulo sexual, ele podia se expressar sobre às suas emoções e desejos.

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contraposição na tensão e na contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade. [...] A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma *carga* (BOURDIEU, 1999: p. 64).⁷

No século XIX uma nova concepção surgiu a respeito da sexualidade, que passou a ser considerada como corrupção moral. Tabus foram criados, obrigando o jovem a reprimir seus desejos, levando-os a prática da hipocrisia fazendo com que o duplo padrão moral fosse comum.

Ribeiro (1999), após ter relatado sobre o desenvolvimento nos diferentes povos e épocas, entra no século XX, quando a sexualidade ficou marcada pelas transformações científicas e tecnológicas determinadas pela difusão de novas ideias. Visa-se a aceitação da sexualidade plena, não apenas restrita ao genital ou à procriação. O progresso dos meios de comunicação, fez com que a sociedade se modificasse.

Segundo o autor acima citado, a mulher começou a lutar pela sua identidade. A liberdade sexual passou a ser maior entre as moças. Os movimentos libertadores da sexualidade ainda eram restritos a uma pequena elite, não atingindo as classes menos favorecidas.

Somente após a Segunda Guerra Mundial é que aconteceu um maior progresso em relação às mudanças de costumes. Os jovens se desvincularam dos pais e as mulheres começaram a lutar por mais liberdade, influenciados pelos meios de comunicação. (RIBEIRO, 1999: p. 31).

⁷ Sobre a “dominação masculina”, *vide*: BOURDIEU, 1998, 1999 e BADINTER, 2005. Para uma reflexão sobre a “masculinidade hegemônica” e outras masculinidades, *vide*: CONNELL, 2005.

Ainda de acordo com Ribeiro, as mulheres com muita luta, conseguiam conquistar alguns direitos sociais, profissionais e conjugais, e com isso, ocorreu uma mudança na estrutura familiar, que deixou de ser patriarcal em grande número de famílias para se tornar democrática, levando a um questionamento dos valores estabelecidos. O autor ressalta que nos anos sessenta houve grande representação para a emancipação sexual, com o novo estilo de vida dos jovens, a contracultura, com questionamentos políticos, além do culto às drogas, da aceitação do amor livre, do aborto, do homossexualismo⁸ e da nudez em público. O movimento de libertação Gay⁹ foi muito importante para estudos sobre a sexualidade¹⁰. Em 1978, nasce o primeiro bebê de proveta, provocando inúmeras discussões éticas e religiosas. Começa então a se ter uma certa preocupação com o desenvolvimento infantil.

No século XIX, o comportamento sexual torna-se importante na produção da individualidade, e as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo ganham estatuto de anormalidade. É uma mudança no regime de visibilidade, pois “o homossexual do século XIX torna-se uma personagem (...) nada do que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (FOUCAULT, 1988: p. 50).

1.1 EDUCAÇÃO SEXUAL

A sexualidade vem sendo considerada um importante objeto de estudo consolidando-se, nos últimos tempos, como subsidio, também, da ação pedagógica. Por isso, faz-se necessário explicitar o que se entende por

⁸ Além da questão do sentido dentro de um contexto, muitas vezes novas palavras são inventadas a fim de suprir uma necessidade do falante. A palavra “homossexualidade”, por exemplo, vem do inglês “homosexuality”, a fim de substituir “homossexualismo”. De acordo com os defensores da troca, o sufixo – ismo era usado pela psiquiatria para descrever uma condição patológica. Segundo Fernando Quaresma, advogado e presidente da Parada do Orgulho GLBT, “homossexualismo é uma expressão errônea e considerada pejorativa nos dias atuais. O sufixo – ismo sempre se refere a doença. A homossexualidade deixou de ser considerada doença na década de 40. Conforme explica o linguista, ambas as palavras “homossexualismo” e “homossexual” eram palavras médicas. Assim, se fôssemos seguir a substituição à risca, deixaríamos de usar esse radical, como faz os falantes da língua inglesa, substituindo “homossexual” por “gay man” ou “lesbian” – em português, seria equivalente a trocar “homossexual” por “gay” ou “lésbica”. (REVISTA TRIP, Nº 204, out. 2011).

⁹ Homossexual do sexo masculino. (DICIONÁRIO ONLINE, 2013).

¹⁰ Faltam pesquisas no Brasil sobre os efeitos da homofobia sobre o professorado homossexual, bissexual, travesti e transexual, muito embora se possa supor que vão muito além de questões de ordem trabalhista. Para um conjunto estimulante de testemunhos de professores/as LGBT nos EUA, vide: (JENNINGS, 2005).

sexualidade, assim como as distintas concepções que se colocam como pressupostos teóricos para a educação sexual. Neste sentido, a sexualidade não se reduz a união dos órgãos genitais e tampouco pode ser confundida com o ato sexual reprodutivo, pois este tanto pode estar inserido num relacionamento afetivo, quanto indiferente a qualquer ligação amorosa. Em outras palavras, uma união sexual genital pode acontecer por atração, desejo, prazer, assim como pode ser uma manifestação de poder, violência-prazer e opressão de uma ou mais pessoas sobre outra. (AQUINO, 1997: p. 37).

A sexualidade, por sua vez, se constitui numa elaboração histórica e cultural que se explica e se compreende no contexto e nas relações nas quais se produzem.

O poder que, assim, toma a seu cargo a sexualidade, assume como um dever roçar os corpos; acaricia-os com os olhos, intensifica regiões, eletriza superfícies; dramatiza momentos conturbados. Açambarca o corpo sexual. Há, sem dúvida, aumento da eficácia e extensão do domínio sob controle, mas também sensualização do poder e benefício de prazer. O que produz duplo efeito: o poder ganha impulso pelo seu próprio exercício; o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto reflui em direção ao prazer que o cerca. (FOUCAULT, 1988: p. 52).

Partindo desse pressuposto, a educação sexual implica conhecimento da história do homem envolto da/na cultura, ou seja, em suas relações materiais concretas constituídas dos todos os aspectos que lhe hominizam (afeto, emoção, prazer, razão, solidariedade, etc.), e que o diferencia de outros animais.

(...) sexualidade e educação sexual com vistas a transformado passa primeiro pela compreensão da nossa pessoa, como sujeito histórico e sexuado, entre outras inúmeras dimensões que somos (...) Educar o outro e fundar a ação pedagógica na reflexão acerca da própria educação (...). A transformação mais global se iniciará com o gesto, a palavra, a alegria, o afeto, a solidariedade e com o conhecimento científico (...). (CABRAL: 1995: p.153).

Somos seres em construção, inacabados, portanto educáveis. Educáveis no sentido do vir a ser, do que ainda não é, sentido este que vem ao encontro da concepção materialista histórica, a qual entende o homem como produto de múltiplas relações sociais. Diante disso, não há como entender a educação

sexual sem levar em consideração as categorias que sustentam o pensamento marxista: contradição, conflito, processo, totalidade e unidade; e a categoria vygotskyana de mediação aquela que na ajuda a entender como se dá o processo de hominização da espécie humana. Quanto à questão da sexualidade, faz-se necessário compreender que não nascemos homens ou mulheres, mas sim fêmeas e machos da espécie humana, embora nós produzimos enquanto homens e mulheres na relação com os outros seres humanos. Pois a sexualidade é construção única e exclusivamente humana. Só o ser humano é capaz de dar sentido, dar significado, atribuir valores, regulamentos, e normatizar os relacionamentos afetivos, amorosos e sexuais. Cada povo, em cada tempo e lugar, cria, recria, busca formas para viver e expressar a sexualidade.

A título de exemplo, pode-se discutir varias temáticas relativas. A sexualidade: aborto, métodos anticoncepcionais, namoro, afetividade entre outras, as quais referendam o quanto se modificam no tempo e se diversificam no espaço. Entre muitas questões, destaca-se a relação de gênero que, ao longo da história da cultura ocidental, foram acumulando diferentes sentidos e interpretações. (GANDIN, 1994: p. 76).

Tais conotações sempre foram vinculadas ao mundo da produção, das relações de poder de cada época, e mesmo assim, não representam a totalidade da população, uma vez que o pensamento vencedor, hegemônico e/ou de prestígio sempre foi o da classe dominante, não significando, necessariamente, aquele vivido pelo povo.

1.2 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Educação Sexual ou Orientação Sexual?

A educação enquanto fenômeno histórico mostra que diversas épocas e momentos diferenciam seus métodos e formas de abordagem. No caso da educação sexual, até recentemente não se podia falar sobre ela, menos ainda realizar atividades no espaço escolar que abrissem possibilidades de tratar do

assunto com os educandos. Hoje, há quase uma "obrigação" em fazê-lo, tendo o professor, por diretriz, as propostas de trabalho com os temas transversais sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre eles, a Orientação Sexual.

Uma das grandes dificuldades de abordar a sexualidade nas escolas e pensar no currículo¹¹ específico para esse tema está relacionada à dificuldade de um consenso entre os teóricos sobre a posição conceitual entre Educação sexual e Orientação sexual. Alguns teóricos utilizam ambos os termos sem defini-los apropriadamente, considerando-os muitas vezes como sinônimos. Já outros autores consideram a diferença entre os termos, mas utilizam a terminologia Orientação sexual, pois esta é a mais aceita pelos PCNs. Os autores consultados, cujas publicações são anteriores aos PCNs utilizam o termo Educação Sexual em seus relatos.

Vitiello (1995), por exemplo, antes de abordar especificamente a Educação Sexual discute os termos educação, orientação, informação e aconselhamento. No que se refere à Educação Sexual, o autor diferencia duas situações: a Educação Sexual sistemática e a Educação Sexual assistemática.

Quando conceitua educação, o autor associa a noção de Educação Sexual sistemática às ações que podem ocorrer na família e na escola:

Educar, no sentido mais amplo, significa 'formar' (...) o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente. A influência do educador, por isso mesmo, além de intensa precisa ser contínua e duradoura (...). Nesse sentido, a educação sexual sistemática só pode ser feita por familiares ou por professores. (VITIELLO, 1995: p. 18-19).

Vitiello ainda faz uma diferenciação da Educação Sexual sistemática realizada pela escola, portanto, num contexto formal, com planejamento e intencionalidade, em oposição a que se processa na família, considerada por

¹¹ Um olhar sobre o currículo demanda investigar os mecanismos de controle social e de produção/reprodução da hegemonia presentes na escola, consubstanciados no denominado corpus formal de conhecimento escolar (conteúdos curriculares), nas ações cotidianas da escola (currículo em ação) e no denominado currículo oculto. Os desdobramentos ideológicos e a legitimação são sedimentados em aspectos explícitos e implícitos do currículo e situam-se em sua materialidade e no domínio do simbólico. (MAGALHÃES e RUIZ, 2011: p. 127).

ele informal e espontânea. Vitiello e Conceição (1991) apontam que a família é a principal responsável pela educação sexual uma vez que acompanha a pessoa desde o seu nascimento, apesar de ela não estar preparada, especialmente, no que se refere ao exercício da sexualidade.

No que se refere à Educação Sexual assistemática, Vitiello (1995) afirma ser esta ocasional podendo acontecer, por exemplo, por meio dos veículos de comunicação de massa ou na procura por cursos e leitura sobre o tema.

Diferente do aconselhamento em que a pessoa já conhece os possíveis caminhos necessitando que alguém a ajude a decidir, em relação ao termo orientação ele afirma que "implica num mecanismo mais elaborado que se baseia na experiência e nos conhecimentos do orientador. Esse processo ajuda a pessoa a analisar diferentes opções, tornando-a apta a descobrir novos caminhos" (VITIELLO, 1993: p. 37).

Vitiello considera ainda, que a Educação Sexual eficaz é a sistemática, por ela ser contínua e duradoura. A realização de palestras nas escolas por profissionais diversos contribui para o debate sobre o tema porém, para ele, "o caminho real para a educação sexual não é levar profissionais de várias áreas às escolas, mas sim preparar professores interessados para a tarefa de fazê-la" (VITIELLO, 1995, p. 19). Considero tal formação imprescindível se a pretensão da Educação Sexual for que a escola assuma tal tarefa com consciência dos preconceitos e das dificuldades secularmente vivenciadas, como a desinformação e a repressão sexual, e propicie uma reflexão em torno dos valores que envolvem a questão da sexualidade humana.

Schiavo e Silva (1997) compreendem a Educação Sexual como Vitiello, porém, reforçam que a educação informal acontece de modo não declarado e não intencional. Já a educação formal, própria do ensino, também é contínua, mas se processa de maneira sistemática e intencional. Questiono, no entanto, se a família, a igreja e outros grupos sociais não teriam intencionalidade nas suas ações. Com certeza, cada vez que reprimem e/ou tentam condicionar uma manifestação da sexualidade há, ainda que de forma velada, uma intenção que se revela mais ou menos consciente, uma vez que nenhum ato humano é neutro; sempre envolve escolhas.

Por outro lado, nem Vitiello nem Schiavo e Silva, fazem considerações sobre o aprendizado com o “outro”, o que também não foi constatado, de forma aprofundada, em outras obras consultadas. Como historicamente, em nossa sociedade, até recentemente, nem a família nem a escola assumiam sequer a responsabilidade de informar sobre sexualidade, há que se considerar o quão significativo foi e ainda continua sendo, para a maioria dos jovens, o aprendizado com um colega que, de alguma forma, tenha mais informações que ele, ainda que estas contribuam para a perpetuação de valores discriminatórios, ideias preconceituosas ou deturpadas. A troca entre iguais foi sempre a maneira de satisfazer a curiosidade sobre as questões ligadas à sexualidade humana, principalmente por não contar com a repressão e o controle da maioria dos adultos.

Werebe (1998) acredita que a expressão Educação Sexual é mais apropriada nos currículos da educação, pois o termo Orientação Sexual pode ser confundido com a opção sexual de cada um (homossexual, heterossexual ou bissexual)¹², além do primeiro ser o termo adotado em quase todos os países.

Thums e Kieling (1990, p. 39) entendem Educação Sexual como:

o processo formado pelo conjunto de ações pedagógicas acerca do desenvolvimento da sexualidade humana, embasado nas ciências biológicas, médicas, psicológicas, educacionais, e contextualizadas na realidade social, cultural e educacional do grupo para o qual se dirige.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam no caderno sobre Orientação Sexual (BRASIL, 1997) as propostas de trabalho nas escolas a partir da transversalidade. Esta implica que o tema seja abordado de forma que os objetivos e conteúdos sejam contemplados pelas diversas áreas do conhecimento, impregnando toda a prática educativa. O documento afirma que a Orientação Sexual:

constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de

¹² A bissexualidade consiste na atração afetiva (seja ela sexual, romântica ou emocional) por pessoas de ambos os sexos (feminino, masculino), independentemente do gênero a que correspondem. (KINSEY *et al.*, 1948, p. 657)

conhecimentos e opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. (BRASIL, 1997: p. 21).

Kehl, citada por Bruschini (1981), considera que o orientador sexual surge nos anos 60, com o trabalho de Masters e Johnson, e que, a partir do conhecimento minucioso sobre o funcionamento sexual possibilitado pelas pesquisas destes cientistas, vai dirigir e orientar a sexualidade insatisfeita em busca de uma vida sexual sadia e equilibrada. Na referência de Kehl percebe-se um certo teor psicoterápico na atividade do orientador sexual. A autora menciona ainda a preocupação com o risco da utilização das técnicas comportamentais visando a Orientação Sexual.

Caberiam aqui vários questionamentos a partir da afirmação da autora: Que equilíbrio é buscado? Quem determina o que é sadio ou não em termos de sexualidade? A quem interessa o controle da vida sexual das pessoas? Se, como afirma Vitiello, a orientação implica na experiência e conhecimento do orientador, dependendo dos valores deste, não haveria a possibilidade de uma certa manipulação e disciplinamento?

Em 1993, um grupo de educadores e profissionais do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), de São Paulo, com assessoria da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), do Rio de Janeiro, e do Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (ECOS), de São Paulo, interessados na questão da Educação Sexual no âmbito escolar, começou a adaptar e trabalhar com o tema, a partir do material norte-americano.

Guia de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia". Após ter sido submetido à apreciação de diversas entidades, o mesmo foi distribuído pelo governo a várias escolas em 1994. Este Guia adota o conceito de Orientação Sexual afirmando que esta "quando utilizada na área de educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas. (GTPOS; ABIA; ECOS, 2011: p. 20).

Os profissionais responsáveis pela adaptação reconhecem que "no meio médico, jurídico e da sexologia, o termo Orientação Sexual é utilizado para

denominar a identidade erótica dos cidadãos" (GTPOS; ABIA; ECOS, 2011, p. 21). Afirmam que este é o conceito que eles adotam, entendendo a Educação Sexual como processo informal que acontece ao longo da vida das pessoas.

Desta forma, quando os PCNs são elaborados, a proposta formulada não incorpora os pontos de vista de Vitiello e Kehl sobre a expressão Orientação Sexual, mas sim, adotam esta terminologia qual referendada no Guia, contrariamente ao que vinha sendo usado pela quase totalidade dos autores antes da formulação da proposta Educação Sexual.

A adaptação do Guia foi realizada por um grupo de profissionais, dentre eles Marta Suplicy. Esta autora confirma os conceitos adotados no Guia em um trabalho posterior realizado com outros colaboradores, conceituando a Educação Sexual como um processo de vida, que "ocorre de maneira informal e nos permite incorporar valores, símbolos, preconceitos e ideologias¹³" (SUPLICY *et al*, 1999, p. 7).

A Orientação Sexual, para o grupo é definida como uma "intervenção pedagógica":

um processo formal e sistematizado que se propõe a preencher as lacunas de informação, erradicar tabus e preconceitos e abrir a discussão sobre as emoções e valores que impedem o uso dos conhecimentos. À Orientação Sexual cabe também propiciar uma visão mais ampla, profunda e diversificada acerca da sexualidade. (Idem, p. 8).

Santos e Bruns (2000, p. 98) apresentam a Educação Sexual e Orientação Sexual sob a ótica de vários autores. Elas, no entanto, utilizam ora um termo ora outro, afirmando que Orientação Sexual é uma "forma de educação [que deve perpassar] os níveis sensórios, cognitivos e emotivos do ato de

¹³ É um conjunto de CRENÇAS, VALORES e ATITUDES culturais que servem de base e, por isso, justificam até certo ponto e tornam legítimos os status quo ou movimentos para mudá-lo. Do ponto de vista marxista, a maioria das ideologias reflete os interesses de grupos dominantes, como maneira de perpetuar sua dominação e privilégios. Este fato é especialmente verdadeiro no caso de sistemas opressivos, que requerem justificção detalhada para que continuem a existir. O racismo branco, por exemplo, inclui ideias sobre diferenças raciais que são usadas para convalidar e defender privilégios dos brancos. Existem ideologias semelhantes em apoio à opressão por motivo de sexo, classe, etnia e religião. (JOHNSON, 2012, p. 126).

conhecer". Os dois termos aqui aparecem coincidentes no seu sentido, o que também pode ser constatado em Aquino (1997), que ao apresentar o livro organizado por ele se refere à "educação/orientação sexual".

Pinto (1997, p. 43) afirma que "qualquer discussão realista sobre o vínculo entre escola e sexualidade deve reduzir-se, assim, no âmbito da orientação sexual, isto é, ao aconselhamento possível acerca do destino a dar às pulsões genitais emergentes". Sob este prisma, parece que a autora aproxima sua visão da referência que Kehl fez sobre o orientador sexual nos anos 60. Além disso, as afirmações de Pinto, ao igualar orientação e aconselhamento como se fossem idênticas, são, a meu ver, equivocadas. O aconselhamento seria uma "etapa no processo de orientação" (AURÉLIO, 1975: p. 28).

Dentre os autores que utilizam o termo Orientação Sexual de acordo com a proposta oficial do MEC encontram-se Yara Sayão (1997) e Silva (2002). Este afirma que nem todos os grupos que trabalham nesta área utilizam esta terminologia o que não deve impedir o diálogo e a troca de experiências. Reportando-se à necessidade de formação dos profissionais ele declara "o trabalho de OS nos leva a pensar primeiramente no educador sexual e em sua formação" (SILVA, 2002: p. 26).

Dos autores consultados, apenas Camargo e Ribeiro (1999) utilizam a expressão Educação Sexual após os PCNs com a mesma compreensão dos demais pesquisadores que adotam esta terminologia.

A compreensão que fica da utilização dos termos Educação Sexual e Orientação Sexual é que a maioria dos autores, nos livros consultados antes dos PCNs, utilizavam o termo Orientação Sexual. Depois, há uma divisão: alguns usam só Orientação Sexual e, outros, ambos os termos, não conseguindo optar por um ou outro, e sem deixar claro por que tal mudança na utilização dos termos se processou.

Para Goldberg (1984), importa menos a precisão intelectual da definição do que é Educação Sexual e mais a combatividade nas lutas em busca de transformar os padrões sociais referentes ao relacionamento sexual.

Se a posição dessa última autora for considerada, pouco importa a definição dos termos, uma vez que ambos se referem a um processo a ser desenvolvido com os educandos, tendo maior relevância e demandando maior atenção ao por que, para que, e como isto é feito. Na verdade, o que mais importa, segundo Barroso (1980) é facilitar reflexões que apontem contradições, possibilitando dialeticamente uma síntese em que mudanças culturais sejam possíveis e que favoreçam ao educando ampliar sua consciência tornando-se mais crítico, contestador e livre em suas escolhas.

1.3 A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR E AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES OFICIAIS: RECUPERAÇÃO HISTÓRICA

Em Schiavo e Silva (1997), vemos que histórica, social e culturalmente as normas e comportamentos ligados à sexualidade sempre foram norteados por valores e princípios religiosos e, posteriormente, ligados à fertilidade e às relações de convivência que iam sendo estabelecidas pelos grupos.

Informações sobre a sexualidade e a reprodução humana foram passadas inicialmente de forma oral e depois preservadas em de desenhos e registros, possibilitando a transmissão da cultura numa incipiente, mas desde sempre presente, Educação Sexual. Ao longo dos tempos, pode-se constatar os limites e as barreiras impostas em por cada sociedade sobre a vida sexual de seus membros direcionando, através de normas e regras, o permitido e o proibido.

A partir da era cristã, com a associação entre sexo e pecado, a humanidade passou a conviver com a repressão e o conseqüente sentimento de culpa, fundamentais para o controle dos comportamentos. Muito lentamente estas concepções passaram a ser questionadas ao longo dos séculos, ainda que sob risco do julgamento e do isolamento social daqueles que ousavam apontar a influência cultural na questão da sexualidade e/ou transgredir as normas socialmente impostas em busca do prazer sexual.

Até a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, a educação era um processo que acontecia de forma mais ou menos assistemática. A partir de meados do século XVIII, a Educação Sexual sistemática passa a ser motivo de discussão dentro do processo geral de educação, sendo defendida ou renegada por diversos pensadores no plano teórico. Como nenhuma educação é neutra, ela se fazia pela negação da sexualidade, com acentuada repressão ao prazer sexual, buscando preparar a mulher para ser esposa e mãe, para coibir o desejo dos jovens e para combater a masturbação com ações deseducativas, segundo Werebe (1998) "educação anti-sexual", porque baseada em um cunho moralista e repressivo.

No fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com o incremento das então denominadas "doenças venéreas", especialmente da sífilis, o exercício da sexualidade é acrescido, além dos aspectos já referidos, do medo frente à possibilidade de uma doença que levava à morte. A tentativa de acabar com as doenças sexualmente transmissíveis conduz vários países a incluírem a Educação Sexual nas escolas baseada sob rígidos padrões morais vigentes da época, e sob estímulo ao "medo como seu principal instrumento de persuasão." (SCHIAVO; SILVA, 1997: p. 155).

Anos depois, com a revolução dos costumes, o aparecimento dos antibióticos e principalmente da pílula anticoncepcional, a geração do "amor livre" empreende esforços no sentido de recuperar o seu direito à sexualidade e ao prazer, logo depois refreados pelo advento da AIDS. No dizer de Dunley (1999), passa-se do "sexo livre" dos anos 60 para o "sexo seguro" dos anos 80/90.

Ao longo da história, a Educação Sexual de crianças e jovens sempre existiu, mas se fez mais pela omissão e repressão, do que por intermédio de uma educação dialogal, humanista e libertária. A família¹⁴, primeira instituição a repassar os valores, normas e condutas sociais, que incute desde o nascimento o que é permitido ou não em matéria de sexualidade, porém, nem sempre de forma verbalizada. Antes que sejamos capazes de refletir

¹⁴ A palavra "família" origina-se do latim *famulus*, correspondendo ao conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. (SILVA JÚNIOR, 2011, p. 51).

criticamente, já absorvemos medos, preconceitos e valores afetivos que irão nortear toda a nossa vida.

Nas escolas, os professores, como quaisquer outros adultos, também repassam consciente ou inconscientemente, através de verbalizações e/ou de posturas, noções de Educação Sexual que recebem reforços muitas vezes dos meios de comunicação, podendo estes serem positivos e instrutivos ou repressores e castradores.

Yara Sayão (1997) afirma que, assim como nos demais países, no Brasil inicia-se uma preocupação com a Educação Sexual, no final dos anos 20 e na década de 30, pautada no estímulo ao medo das "doenças venéreas" e, por conseguinte, na repressão à sexualidade. Esta concepção está baseada numa visão biologizante da Educação Sexual sob influência da corrente médico-higienista, que propõe a abordagem da sexualidade a partir dos seus aspectos biológicos, incluídos nestes, os reprodutivos.

Até a década de 50 a Igreja, que possuía uma sólida rede de ensino voltada principalmente para a elite, reprime severamente o assunto. Nos anos 60, algumas experiências de educação formal e sistemática realizam-se através da inclusão do tema em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, ainda que realçando o aspecto biológico e coibindo manifestações da sexualidade, práticas estas extintas após o início dos governos militares e dos anos de repressão instaurados. Em 1971, a legislação brasileira que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus – Lei 5.692 – torna obrigatória à inclusão de Programas de Saúde no currículo escolar.

Bagnato (1987) afirma que, em 1974, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer 2.264, aponta diretrizes e fornece orientações para o desenvolvimento dos Programas de Saúde, recomendando o seu planejamento de acordo com as necessidades do meio e do aluno, devendo ser estabelecidos em conjunto por representantes dos órgãos de saúde, docentes e universidades locais visando “a auto-capacitação dos indivíduos e da sociedade para lidar com problemas fundamentais do cotidiano, como o

desenvolvimento biopsicológico¹⁵, nutrição, reprodução, etc.” (BAGNATO, 1987: p. 18).

É, portanto, através da Lei 5.692/71 que efetivamente surge a possibilidade de, anos mais tarde, especialmente na década de 80, inserir através dos Programas de Saúde algumas reflexões sobre sexualidade humana em um momento em que esta abordagem ainda não era oficialmente permitida na rede escolar.

Em meados da década de 70 o tema da Educação Sexual é retomado impulsionado pelos movimentos feministas e pela alteração no comportamento dos jovens. Novas experiências voltam a acontecer em espaços não-formais (rádio, TV, serviços telefônicos, trabalhos com populações de periferia), uma vez que nas escolas a postura oficial do governo brasileiro ainda era retrógrada, repressiva e discriminatória, como podemos constatar em documento do MEC sobre as posições assumidas no *"Primer Seminario Interamericano de Educación Sexual"*, em 1978, no Paraguai:

- No Brasil, primordialmente, corresponde à família os problemas da educação sexual;
- A escola não dispõe da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de tarefa tão delicada, em primeiro lugar, porque consideramos inadequadas as chamadas aulas de educação sexual;
- No Brasil somos contrários às aulas de educação sexual. Admitimos a educação sexual feita, preferencialmente, de forma individual e por pessoa realmente habilitada;
- Não estamos de acordo com aqueles que preconizam a educação sexual feita em grupos de ambos os sexos. Julgamos que a orientação sexual deve ser feita pelo serviço de orientação educacional, apenas para tratar questões sexuais quando estas são motivadas por intensas provocações sociais;
- A responsabilidade da iniciação do adolescente nas práticas sexuais não é tarefa da escola. Somente o lar reúne condições morais e psicológicas para dar a um assunto tão delicado como a educação sexual, uma orientação sabia e eficiente. (SCHIAVO; SILVA, 1997: p. 159).

Em 1978, realiza-se em São Paulo o 1º Congresso Nacional sobre Educação Sexual nas escolas. Apesar de os educadores presentes terem posições

¹⁵ Psicobiologia, psicologia biológica ou psicologia fisiológica é uma ciência que se dedica à pesquisa experimental da base biológica dos processos mentais - sendo assim interdisciplinar por definição, envolvendo a psicologia, a fisiologia e a biologia. (NORONHA *et. al.*, 2003).

contrárias às do governo, eles anunciam a impossibilidade da implantação da Educação Sexual no âmbito escolar por falta de pessoas qualificadas para fazê-lo.

Em 1989 o Estado demonstra preocupação significativa com a Educação Sexual formal, quando os Ministérios da Educação e da Saúde apoiam o projeto de Ricardo Cavalcanti, que realiza cursos para capacitação de educadores em conteúdos de sexualidade humana, e que é implantado em vários estados nordestinos. Este projeto propunha.

a inclusão transdisciplinar da orientação sexual nos currículos (...). Sem pretender que os professores se transformassem em educadores sexuais, a ideia era criar condições para que, no decorrer do processo educativo, o tema sexualidade pudesse ser tocado com conhecimento, por parte dos professores. (SCHIAVO; SILVA, 1997: p. 167).

Em 1992, preocupado com o crescente aumento da AIDS na população, o governo baixa a Portaria Interministerial nº 796, recomendando a implantação, manutenção e/ou ampliação de projeto educativo de prevenção a AIDS nas redes oficiais e privadas de ensino em todos os níveis. A preocupação não é com a Educação Sexual em si, mas com a epidemiologia da doença.

O então Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria, em 1993, o Conselho Nacional de Projetos Especiais (CONAPES), que previa a normatização da Educação Sexual no sistema público de ensino (SCHIAVO; SILVA, 1997), levando professores a iniciar projetos de Educação Sexual na rede escolar estadual e municipal.

Em 1994, o MEC distribui uma adaptação do Guia de Orientação Sexual editado nos Estados Unidos, em 1992, contendo uma ordenação de conteúdos sobre Educação Sexual da pré-escola ao 2º grau, dentro de uma visão multidisciplinar da sexualidade.

A proposta de inclusão da Educação Sexual nas escolas de todo o país acontece com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cujo caderno sobre Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, de 1997, apresenta a política do agora Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para a área. Este caderno refere-se à Educação Sexual por meio de uma abordagem baseada na concepção dos temas transversais, perpassando as várias disciplinas escolares. Em função do contexto histórico-social e cultural que permeia a Educação Sexual, está ainda conta com inúmeras amarras que dificultam sua abordagem nas escolas, uma vez que não basta a publicação dos PCNs para garantir que o professor tenha condições de tratar deste assunto.

O que se constata, então, é que inexistia no âmbito do MEC uma política de largo alcance com vistas ao combate à BTGLfobia nas escolas e à promoção da cidadania de alunos LGBT, por mais que haja iniciativas recentes, porém de alcance limitado. (FREITAS, 2010: p. 278)

Segundo Sayão (1997), no período de 1954 a 1970, o serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar propunha aulas de Orientação Sexual às alunas da quarta série primária aula. Guimarães (1995) também faz referência a esta experiência, no entanto relata que no Diário Oficial de São Paulo, de 28/01/1965, o ato vedava aos professores de ensino médio apresentarem os métodos anticoncepcionais, ou mesmo posicionarem-se a favor da limitação de filhos, ameaçando-os com a punição de suspensão.

Sayão (1997), por sua vez, relata que de 1975 a 1979 a Secretaria de Estado da Educação do governo de São Paulo impediu que a Educação Sexual nas escolas fosse assumida oficialmente, alegando que ela era de responsabilidade exclusiva da família.

Em 1979, Barroso e Bruschini, pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, desenvolvem um programa de Educação Sexual com jovens da periferia de São Paulo e de colégios públicos e particulares.

A partir de 1980, o Serviço de Orientação Educacional (SOE) da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo desenvolve estudos em conjunto com o Departamento de Educação e Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública, buscando iniciar "um trabalho de informação mais específica dos aspectos biológicos da reprodução, através da cadeira de Ciências e Programas de Saúde" (GUIMARÃES, 1995: p. 67).

O início dos anos 80 marca o momento de reflexão e rediscussão do tema no espaço público e a consolidação das iniciativas de implantação de programas de sexualidade nas escolas, ainda que em sua maioria individuais e isolados ou promovidos por prefeituras, como as de São Paulo e de Campinas, que implantam o trabalho com Educação Sexual na rede municipal.

Cabe ressaltar a experiência desenvolvida no município de São Paulo, na gestão de Paulo Freire como secretário de educação (1989-1992), em que, após cuidadosa preparação de professores e acompanhamento continuado em supervisão, foi implantada a Educação Sexual nas escolas de ensino fundamental e, posteriormente, nas de educação infantil. Na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, até 1988, os desenvolvimentos de experiências de Educação Sexual aconteceram a partir da boa vontade e ousadia das equipes e dos professores envolvidos, haja vista não existir amparo legal para se falar de sexualidade humana no espaço escolar.

A partir de 1988 entra em vigor a nova proposta curricular de Ciências da Secretaria de Estado da Educação do Governo de São Paulo (antes, portanto, da normatização do Conselho Nacional de Projetos Especiais - CONAPES), propondo em cada série, desde o ciclo básico, a inclusão de questões referentes à saúde integradas às explicações científicas e noções de sexualidade humana.

Apesar do avanço trazido pela proposta curricular, houve um acréscimo na preocupação e nos questionamentos quanto à viabilização da proposta, uma vez que os professores não receberam formação para tal abordagem. Aconteceram alguns cursos com de formação, especialmente nos primeiros anos após a elaboração da proposta curricular. Um levantamento apontou que, aproximadamente 30 cursos (3,9%) abordavam questões ligadas à sexualidade humana (com enfoque principalmente nas DSTs/AIDS, prevenção ao uso indevido de drogas e educação para a saúde). Se for considerada uma média de 30 professores por curso, isto equivale a menos de 1% dos professores do Estado de São Paulo, o que é, sem dúvida, insuficiente.

Nos demais estados do país, ao longo das últimas décadas, também aconteceram experiências abarcando a Educação Sexual na rede escolar, como as que foram desenvolvidas em Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Recife (PE) e Goiânia (GO). Sem dúvida alguma, essas experiências contribuíram para que, hoje, a Educação Sexual seja reconhecida como um tema relevante a ser tratado em todos os sistemas e níveis de ensino.

1.4 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: A ORIENTAÇÃO SEXUAL ENQUANTO TEMA TRANSVERSAL

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) passaram a ser produzidos a partir de 1995 foram publicados em 1998 pelo Ministério da Educação e do Desporto, com objetivo de apresentar os pontos comuns a que os sistemas de ensino devem obedecer de acordo com os princípios e metas do projeto educativo assumido pelo país. De abrangência nacional, essas diretrizes são, no entanto, abertas e flexíveis às realidades regionais e locais, valorizando a sua utilização crítica e criativa, e possibilitando alteração nos conteúdos sugeridos.

Nos PCNs, o caderno sobre Pluralidade cultural, Orientação sexual (BRASIL, 1997) afirma a necessidade de um trabalho formal, explícito, sistemático (contínuo) e sistematizado (planejado), e que seja alvo de atenção em todas as

séries e se articule com a promoção da saúde. Os Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais orienta que:

a sexualidade humana é considerada uma expressão que envolve fatores biológicos, culturais, sociais e de prazer, com significado muito mais amplo e variado do que a reprodução, para pessoas de todas as idades. É elemento de realização humana em suas dimensões afetivas, sociais e psíquicas que incluem, mas não se restringem à dimensão biológica. (BRASIL, 1998b, p. 47).

Apesar disso, o caráter medicalizante está muito presente na justificativa desta abordagem, seja na necessidade manifesta de prevenir as doenças sexualmente transmissíveis de forma mais eficaz, especialmente a AIDS, seja para evitar as graves consequências dos problemas gerados pelo abuso sexual e pela gravidez indesejada na adolescência (BRASIL, 1997), questões básicas de saúde pública, e por isso mesmo, de responsabilidade do Estado. No entender de Mendonça Filho (1999, p. 121), "podemos dizer que a inclusão da orientação sexual nas escolas não advém exclusivamente da demanda dos interessados, mas da necessidade de se aprimorar o controle do Estado sobre sua população".

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, ministravam-se aulas de Ciências Naturais apenas nas duas últimas séries do antigo curso ginasial. Essa lei estendeu a obrigatoriedade do ensino da disciplina a todas as séries ginasiais, mas apenas a partir de 1971, com a Lei nº 5692, Ciências passou a ter caráter obrigatório nas oito séries do primeiro grau. (BRASIL, 1998b, p. 19).

Os temas transversais perpassam tanto o 1º ciclo (1ª e 2ª séries) quanto o 2º ciclo (3ª e 4ª séries) do ensino fundamental, a partir de datas comemorativas (dia da árvore, dia da consciência negra, etc...), campanhas específicas e questões de saúde. Já no 3º ciclo (5ª e 6ª séries) e no 4º ciclo (7ª e 8ª séries), estes temas quando eram trabalhados estavam mais diretamente ligados aos Programas de Ciências e Saúde. Com os PCNs, "as problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e

trabalho e consumo são integradas na proposta educacional (...) como Temas Transversais" (BRASIL, 1998a, p. 65).

A transversalidade implica que os conteúdos no processo de aprendizagem sejam tratados por diversas áreas, de maneiras diversas, em diferentes momentos da escolaridade e de acordo com o nível de complexidade desta. Os temas transversais supõem, ainda, que os educadores, desde que sensibilizados e mobilizados, se comprometam trabalhar estas questões em suas disciplinas específicas, de forma interdisciplinar e buscando a "efetivação do direito de todos à cidadania" (BRASIL, 1998a, p. 65).

A introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais aponta que "a proposta (...) para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social" (BRASIL, 1998a, p. 67).

A intervenção pedagógica deve ser não-diretiva em relação ao comportamento dos alunos, buscando informar e problematizar questões da sexualidade, ressaltando o trabalho a partir das posturas, crenças, tabus e valores a elas associados. Uma vez que a escola é um contexto de socialização, e que valores e atitudes não são apreendidos apenas por meio da veiculação de informações, é necessário que, pedagogicamente, se invista na formação dos docentes. Visto sob esta ótica, a abordagem ao tema da Educação Sexual com a perspectiva de trabalhar valores e atitudes significa garantir o espaço de formação dos educandos.

O caderno sobre Orientação Sexual esclarece que o trabalho do docente deve fazer parte do projeto educativo da escola e se realizar até a 4ª série transversalmente dentro da programação de cada área. Também é possível trabalhar com o tema a partir da 5ª série para atender as demandas dos alunos em relação ao assunto, podendo assim, conduzir reflexões que apontam para as suas próprias contradições, dialeticamente, e que possibilitam uma síntese

em que ocorram possíveis mudanças culturais que favoreçam ao educando ampliar sua consciência tornando-se mais crítico, contestador e livre em suas escolhas.

É importante que haja um ambiente específico dedicado a esse trabalho. O âmbito de intervenção da escola é pedagógico e coletivo, devendo esta provocar no aluno o desejo de fazer suas próprias escolhas, de modo crítico e autônomo, sobre os questionamentos e a falta de conhecimento relacionado a sexualidade que ele mesmo leva para âmbito escolar.

A proposta dos PCNs para a Orientação Sexual prevê também que o professor deve preparar-se para a intervenção prática junto aos educandos através de leituras e discussões e ter um espaço grupal de supervisão continuada e sistemática que lhe possibilite a reflexão dessa prática e de seus próprios valores e limites nesta abordagem, o que o ajudará a ampliar sua consciência em relação à sexualidade e visão de mundo, além de ter uma postura ética na sua atuação.

Os condicionamentos sócio-político-culturais em relação à sexualidade e a carga de culpa introjetada nos seres humanos por séculos torna imprescindível à formação dos educadores para seu autoconhecimento e ampliação da sua visão de homem e mundo. Na realidade, a proposta de formação e supervisão dos docentes tem que ser continuada para não se constituir em um dos limites à efetivação da proposta de Orientação Sexual dos PCNs.

Além disso, é necessário que a disciplina seja incluída nos cursos de educação superior, a fim de diminuir a distância entre a formação e as exigências de atuação profissional, em que pese à importância das questões apontadas. Há que se cuidar para que as escolas não restrinjam suas ações pedagógicas em Orientação Sexual às doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e prevenção da gravidez na adolescência, em detrimento aos aspectos como a afetividade, a busca do prazer e a conquista da cidadania. O Conselho Nacional de

Educação (CNE) da autonomia de cada escola na elaboração do seu projeto pedagógico, pois emitiu parecer afirmando não ser obrigatória a execução dos PCNs (LÜDKE, 2000).

Considerando a não-obrigatoriedade da Orientação Sexual e mesmo dos PCNs, uma vez que, segundo D'Ambrosio (INOUE; MIGLIORI; D'AMBROSIO, 1999, p. 12), os parâmetros "são propostas referenciais, não verdades absolutas que todos devem aceitar" e a tendência ao conservadorismo e à estagnação a que a escola está sujeita como qualquer outra instituição social ligada à reprodução do sistema é possível que a implantação da Orientação Sexual no contexto escolar continue restrita apenas a algumas experiências.

É imprescindível a liberdade e a autonomia da escola, mas também é imprescindível o trabalho de sensibilização e mobilização do professor - enquanto possibilitador de transformações e mudanças - para o trato com o tema. Não porque existem os PCNs, mas porque a sexualidade é parte integrante do ser humano, e a escola, como responsável pelo processo formal de ensino, deve compartilhar e assumir a sua responsabilidade pela educação integral do aluno.

1.5 (DES) CAMINHOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A educação sexual tem sido alvo de discursos diversos, sobretudo nas últimas duas décadas, em função do surgimento da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). O próprio Ministério da Saúde vem apresentando propostas de intervenção pedagógica à medida que produz livros, textos, panfletos e campanhas educativas, além de oferecido cursos a professores e se envolver em projetos de atuação no espaço escolar.

Há que se ter clareza sobre concepção que permeia as ações do Ministério da Saúde, ou seja, a corrente médico-higienista, que em outros tempos da história se manifestou para prevenir Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, e

retomada para justificar as ações de prevenção a AIDS. Ainda hoje, as DST's e a prevenção às drogas são tratados como se fossem conteúdos/objetos únicos da educação sexual. (KUPSTAS, 1997: p. 24).

Isso ajuda a compreender por que, historicamente, tem-se vinculado a sexualidade às concepções biologizantes, ou seja, compete à escola trabalhar os conteúdos de reprodução humana dentro da disciplina de ciências. Assim, atribui-se a educação sexual a um único professor formado em biologia, e com isso, "isenta-se" os demais professores, com a desculpa de que suas especificidades não dão conta para trabalhar os conteúdos de educação sexual. (KAPLAN, 1977: p. 34).

Este viés apenas consegue respaldar a concepção biologizante caracterizada por encaminhamentos que percebem e trabalham o corpo como um amontoado de aparelhos, que são estudados isoladamente como se fossem independentes e não fizessem parte de um todo mais amplo e complexo, que é o ser humano. Além disso, restringe a educação sexual a aparelhos reprodutores, concepção, contracepção e doenças sexualmente transmissíveis. (MARTINEZ, 1995: p. 46).

De acordo com Martinez (1995) é frequente também a concepção religiosa moralista que, mesmo se propondo libertadora, entre uma analogia e outra, deixa escapar o viés repressor da sexualidade, fazendo prevalecer os valores burgueses da "moral e dos bons costumes". Entre eles, a ideia de postergar o sexo, reduzindo-o a condições de procriativo e vinculando-o ao matrimônio.

Cria-se a ideia de um amor "fraternal" entre os cônjuges e descarta-se a discussão do prazer, do desejo e da possibilidade da realização sexual fora da intenção de procriar, fora do matrimônio, da monogamia e das orientações sexuais (bi e homossexualidade¹⁶).

¹⁶ Homossexualidade. [...] Tem a ver com o desejo, atração, afeto e o amor entre pessoas do mesmo sexo. (MEIRA, 2011, p. 33).

(...) o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limites, proibições ou obrigações. (FOUCAULT, 1987, p.118).

Uma outra concepção bastante frequente nos livros de educação sexual infantil e adolescente é a "agropecuária", isto é, parte-se de exemplos da reprodução animal e vegetal, para concluir que "assim os seres humanos também se reproduzem". É comum utilizar o animismo - dar vida e inteligência a seres inanimados, como recurso didático para explicar questões mais elementares da curiosidade sexual infantil. Às vezes até se chega ao excesso de colocar pássaros, gatos, cachorros, entre outros animais, reunidos sob a forma demonstrativa de família. (GIDDENS, 1993: p. 98).

Convém lembrar que família é um conceito humano, que num dado momento da história se constituiu como necessidade vinculada a propriedade privada, e que é também e uma concepção histórica e culturalmente produzida, em consonância com as novas condições postas em cada tempo e lugar.

Há, também, outras concepções que não são tão comuns, no entanto aparecem nos discursos corporativistas e sexistas. A primeira é incorporada por determinadas áreas da ciência, às quais tendem privilegiar um único campo do saber, negando, dessa forma, a interdisciplinaridade e a perspectiva da totalidade possível do conhecimento. A segunda diz respeito às visões estreitas que pensam os papéis de gênero como uma luta pela superioridade de um sexo sobre o outro. (GANDIN, 1994: p. 23).

Para Nunes (1987) a educação sexual postulada necessita buscar elementos conceituais e teóricos nos diversos campos da ciência, sem com isso se tornar eclética, de modo multidisciplinar, para compor e transitar a interdisciplinaridade. Luta-se, assim, por uma igualdade de condições e de direitos entre homens e mulheres, povos e raças, a partir da solidariedade de classe e de gênero concretizada no companheirismo de um modo geral.

Defende-se, ainda, a socialização do conhecimento científico através do acesso amplo e irrestrito a este saber, por todos, considerando, além dos aspectos arrolados neste texto, a formação social brasileira que se caracteriza por sua multiculturalidade étnica e diversidade cultural,¹⁷ e a respectiva desigualdade social.¹⁸

1.6 A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: REALIDADE OU UTOPIA?

Analisando a educação sexual no Brasil, podemos observar que poucas são as instituições que realmente se preocupam com o saber sexual e com o desenvolvimento da sexualidade de seus alunos, e não se esquecem que a formação e informação no campo da sexualidade são fundamentais para o exercício da cidadania plena.¹⁹

Atualmente, a falta de informação sobre sexualidade, constitui até mesmo risco de vida, pois estamos vivendo um quadro muito perigoso em relação à sexualidade e a falta de educação nas escolas. De um lado, temos alguns educadores ainda preconceituosos, que alegam ser um problema falar de sexualidade em sala de aula. Do outro lado, temos os alunos, carentes de informação e bombardeados pela mídia, que é principalmente televisiva, em

¹⁷ A diversidade cultural inclui todos, não é algo que seja definido por raça ou gênero. Estende-se à idade, história pessoal e corporativa, formação educacional, função e personalidade. Inclui estilo de vida, preferência sexual, origem geográfica, tempo de serviço na organização, *status* de privilégio ou de não privilégio. Diversidade é a crença, filosofia e reconhecimento de que cada indivíduo é único e valioso, mediando-se os conflitos com normas estabelecidas. (CHIAVENATO, 2005, p. 164).

¹⁸ A desigualdade social refere-se a processos relacionais na sociedade que têm o efeito de limitar ou prejudicar o *status* de um determinado grupo, classe ou círculo social. (BARROS, 2005, p. 345-366).

¹⁹ São compromissos na área da Educação: elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de ações voltadas ao respeito e à não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; fomentar e apoiar cursos de formação inicial e continuada de professores sobre sexualidade; formar equipes para avaliar livros didáticos e eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e identidade de gênero; estimular a produção de materiais educativos sobre orientação sexual e identidade de gênero e superação da homofobia; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgar informações científicas sobre sexualidade; estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o enfrentamento da violência e da discriminação de LGBT; instituir um subcomitê, com participação do movimento LGBT, para acompanhar e avaliar a implementação do BSH. Para um relatório das ações do MEC no biênio 2005-2006 no âmbito do BSH, vide: (JUNQUEIRA *et al.*, 2007).

relação ao incentivo da prática sexual. Não somente a televisão, mas são inúmeras as revistas que dão dicas de como se comportar num encontro sexual, músicas que afloram a sexualidade, programas cujo o conteúdo é absolutamente voltado ao erotismo dos jovens. (ROJTENBERG, 2003).

Segundo Rojtenberg (2003) o grande problema existente no Brasil é que, em geral, quando se discute sexualidade nas escolas, os conteúdos são vinculados à vida reprodutiva, ou ao desempenho sexual do homem. As questões relativas às mulheres ficam de fora, em geral. Poucos são os educadores que realmente estão motivados para desenvolver um debate aberto ou que se dediquem aos estudos sobre a questão sexual que envolvem o comportamento e o prazer da mulher. A falta de motivação não é por desinteresse por parte dos professores, mas sim, por não haver um preparo para tal função, dentro de sua formação.

Certamente que o mau uso da internet, por parte de professores e alunos, tende a dificultar o esclarecimento a respeito dos mitos e tabus relacionados a sexualidade, no momento em que promove o desejo cada vez mais precoce de relacionar sexualmente. Muitas páginas da Internet não oferecem conteúdo didático, apenas informações isoladas e restritas, sem referências confiáveis, carregadas de opiniões pessoais de “especialistas”, que não raramente divergem em muito entre si, levando o público a uma confusão de ideias e conceitos. (ROJTENBERG, 2003).

De acordo com Rojtenberg (2003) neste contexto, têm sido observadas de forma direta, as resistências de alguns diretores e donos de colégios, que costumam apresentar inúmeras dificuldades para a implantação de uma matéria ligada à educação sexual em sua escola, quando sugerimos a sua implementação permanente.

Em geral, o tema faz parte apenas de um quadro isolado que trata sobre a sexualidade de jovens e adultos, com uma duração de até 2 horas, no máximo.

Com isso, gestores de escolas acreditam estar desenvolver a temática em suas instituições, mas, na verdade, eles apenas abordam temas específico e pré-selecionado, ignorando a necessidade de informações realmente relevantes para os alunos. Além disso, nessas condições, não há aprofundamento do tema, nem pelos alunos e nem pelos professores.

Segundo Rojtenberg (2003), há uma grande dificuldade, quando se trata de implantar um programa sério, dedicado, que promova um real saber sobre a sexualidade humana, ou seja, de programas que pelo menos garantam a condição de produzir novos interessados e pesquisadores sobre o assunto.

Há instituições, que não oferecem aos seus alunos abordagem sobre a sexualidade de forma permanente pois temem que tal atitude incentive a prática sexual precoce.

Este preconceito, a respeito da sexualidade, demonstra a real falta de preparo por parte dos educadores. Pensa-se inúmeras inverdades sobre o tema e impede-se, por total preconceito, o acesso ao estudo sério e planejado. Devido a isso, transformamos nossos alunos e professores em simples conhecedores exclusivos do comportamento sexual que visa à reprodução.

O 'sexo' é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o 'alguém' simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2001, p. 154-155).

Conforme Rojtenberg (2003) devido à falta de materiais didáticos específicos para abordagem da sexualidade nas escolas, os educadores vivem uma situação de isolamento restando-lhes apenas a Internet como forma para acessar informações sobre o tema de modo rápido e acessível. Com isso, cabe aos professores orientar seus alunos durante as pesquisas em ambientes virtuais em relação a credibilidade das informações, visto que neste momento eles acompanham, muito mais que os pais o uso da Internet pelos alunos.

Um curso de EAD voltado para professores que pretendem trabalhar com o tema sobre a sexualidade em suas disciplinas forneceria instrumentos adequados para o desenvolvimento do tema com seus alunos de modo a promover o senso de responsabilidade e de cidadania plena e, assim, contribuiria para a redução dos índices de gravidez na adolescência, e da disseminação e contaminação de DSTs e HIV, tornando-os multiplicadores de saúde e, principalmente, incentivando-os aos estudos e pesquisas no campo da sexualidade.

Os PCNs reafirmam que estamos tratando a temática sexualidade humana de forma equivocada em sala de aula, e que tal conduta deve ser reformulada por parte dos educadores, visando não apenas conteúdos sobre reprodução, mas sim a sexualidade de forma ampla. (MEC-PCN 1986).

Os interesses dos professores pela temática sexualidade em sala de aula são muitos teóricos da educação. A pesquisa realizada por Eliane Gonçalves, em dissertação de mestrado publicada em 1998, revelou que 96,2% de um total de 131 professores entrevistados, das 18 escolas das redes municipal e estadual, em Goiânia, são a favor da educação sexual nas escolas, embora 82,4% deles ainda não se consideram preparados para ministrar tais conteúdos. Diante de um quadro em que pouco se desenvolve na questão da sexualidade nas Universidades brasileiras, como o conhecimento sexológico é desenvolvido fora da acadêmica? Como os médicos, psicólogos e educadores que se formam nestas Universidades, lidam com ausência do tema?

Verificamos que a educação sexual, no Brasil, vai de mal a pior e que se nada for feito, iremos caminhar para índices alarmantes de DSTs/AIDS, gravidezes não planejadas ou inesperadas e até mesmo indesejadas, haja vista os índices de abortos praticados por jovens adolescentes no Brasil, além dos demais problemas relacionados à sexualidade que, iniciados na juventude, tenderão a fazer parte da vida adulta. (ROJTENBERG, 2003).

Vivemos, atualmente, alguns problemas muito graves que influenciam no comportamento sexual do adolescente. Temos uma educação informal massificante e mais forte do que a educação formal. Vemos um quadro de professores despreparados para tratar de educação sexual, responsáveis pela orientação formal para alunos e para famílias também despreparadas. Sem contar as jovens mães, que provavelmente não sabem o que fazer diante destas situações, por falta de informação. Não restam muitas possibilidades no quadro da educação: ou se populariza a questão da educação sexual, via Internet, podendo atingir um número elevado de educadores, ou teremos um quadro muito mais grave com o passar dos anos. Ou acordamos para a necessidade de uma educação real, voltada para o preparo destes professores e de nossos jovens, ou iremos continuar vivendo uma grande “mentira” no campo da educação formal. (ROJTENBERG, 2003).

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA

Ao se trabalhar o tema educação sexual na infância, é necessário compreender que a criança traz um conhecimento (conceito espontâneo) que deve ser considerado para que, a partir deste, se articule o conhecimento científico. Assim, a educação não deve ser limitada nem pela [...] experiência imediata da criança, nem pela separação entre o abstrato e a realidade que desqualificam o significado da aquisição do conhecimento que permite a compreensão e a transformação da realidade (OSORIO, 1989: p. 67).

Na sociedade ocidental, sobretudo a partir do século XVII, a criança era percebida como um ser assexuado, fato este que se interliga à ideia do sexo mau, sujo, pecaminoso, entre outras inúmeras conotações negativistas conferidas à sexualidade. Neste sentido, importa desvelar como esta ideia se manifesta no cotidiano da instituição escola, partindo do pressuposto de que ela não se compõe de seres fragmentados, e que tanto os educadores quanto os educandos estão presentes na sua totalidade física, psíquica, social e também sexual, e é preciso buscar um entendimento de criança que contemple organicamente estes aspectos (RIBEIRO, 1991: p. 29).

A compreensão das expressões e/ou manifestações sexuais de uma criança no cotidiano escolar baseasse na aquisição de uma base científica e da perspectiva de transformação social, em busca uma nova ética e de uma educação na perspectiva dialética, na qual se pressupõe um trabalho positivo, coerente, e afetivo com as crianças.

Um tema fundamental é o desvelamento do modelo patriarcal, através do estudo das relações de gênero, uma vez que nossa sociedade caracteriza homem e mulher separando papéis e funções.

A criança imita e traz para a escola as vivências no seu dia-a-dia, apresentando comportamento determinado pelo modelo patriarcal. A prática escolar facilmente reforça esse sistema²⁰ que atribui ao gênero masculino força, coragem, esperteza, inteligência, valentia e privilégios sobre as mulheres. Elas, por sua vez, devem ser boazinhas, dependentes, frágeis, calmas, quietas, comportadas, bonitas e tolas. Assim, segue-se impondo uma visão e uma práxis maniqueísta de sociedade, onde o homem é visto como o bem e a mulher, o mal. (RAPPAPORT, 1995: p. 54).

Apesar dos padrões estabelecidos, há crianças que não se enquadram no modelo estereotipado de menino e menina. Como os modelos são entendidos como naturais, os comportamentos diferenciados são analisados sob a ótica da "criança-problema", tanto pelos adultos quanto por outras crianças. Sobre essa premissa heterossexita, Louro (2004) afirma:

Ela supõe e institui uma consequência, ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificado como macho ou fêmea determina o gênero (um de dois gêneros possíveis: masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto) (p.80).

Segundo Rappaport (1995) precisamos compreender os papéis de gênero enquanto aquisições culturais e que, por isso mesmo, podem e devem ser superados, dando significado a cooperação e a busca pela igualdade entre os gêneros. São manifestações que precisam ser trabalhadas em atividades e situações do cotidiano escolar.

Os valores da sociedade patriarcal são injustos, na medida em que pressupõem a supremacia de um sexo sobre o outro, negando oportunidades

²⁰ Competentemente demonstrando por Cláudia Ribeiro no livro "A fala da criança sobre sexualidade humana: dito, o explícito e o oculto", produzido após pesquisar crianças de duas escolas públicas e uma particular da cidade de Guaxupé (MG), nos anos de 1993 – 94.

criativas e realizadoras para ambos. A busca pela superação faz-se no sentido de tornar as relações afetivas e sexuais mais solidárias e mais felizes.

Assim, ao se trabalhar com a criança na educação infantil, e nas series iniciais do ensino fundamental, é preciso superar a preocupação com listagens de conteúdos lineares, sequenciados e seriados. A criança e movimento e seu corpo, ao contrário do mundo adulto, estabelece relações com os outros - seja criança, adolescente ou adulto, sem preconceito e destituído de maldade, isso porque as diferentes formas de expressão da corporeidade infantil são do âmbito do lúdico e do prazer.

Jogos, brincadeiras, imitação, representação, teatro, dança, música e artes plásticas, de um modo geral, são de extrema importância para se trabalhar a temática sexualidade com crianças. Essa forma não inibe a criança, e permite que ela avance no sentido de superação de suas curiosidades e, com isso, manifeste novos interesses pelo assunto. (RIBEIRO, 1996: p. 56).

Nesta perspectiva, o/a professor/a exercerá a função de mediador/a entre o conhecimento que a criança possui e o conhecimento elaborado que, a priori, se supõe ser de seu domínio. Além disso, é fundamental a superação de tabus, preconceitos e credices que consideram a sexualidade e o prazer como fontes do mal e do pecado, e por isso vistos como desconfiança.

Como diz Ribeiro (1996), toda e qualquer curiosidade sexual infantil deve ser respeitada e, a partir dela, se estabelece uma relação de confiança entre professor e aluno, no nível do diálogo, da palavra e da cientificidade que requer o conhecimento acerca da sexualidade.

Não basta encerrar o assunto com justificativas do tipo: "meus alunos não são curiosos, por isso não me compete queimar etapas", tampouco adotar uma postura de suposta neutralidade, que tem contribuído apenas para a deseducação sexual. Essa desculpa talvez serviria em tempos passados. A criança de hoje, desde muito cedo, estabelece relações diretas com imagens de vivências amorosas, afetivas e sexuais. Exemplo disso são as imagens

veiculadas pela televisão, cinema, cartazes, revistas entre outros meios de comunicação moderna. (RIBEIRO, 1996: p. 57).

E da competência do/a professor/a promover pautas interacionais em que a repressão da dúvida e da curiosidade seja abolida. Isso porque, na perspectiva vygotskyana, a boa aprendizagem é aquela que se adianta ao desenvolvimento, promovendo-o.

A ideia de que a criança "normal" era um ser assexuado, e que toda e qualquer manifestação "precoce" de curiosidade sexual enquadrava-se no âmbito da anomalia e era proveniente do modelo familiar burguês que se produziu por toda a Europa a partir do século XIX. Seus expoentes máximos são a ciência positivista e a moral vitoriana. Apesar das contribuições freudianas, inaugurando a teoria da criança sexuada, ainda nos dias de hoje profissionais da educação pautam-se na ideia de que a criança necessita ser tratada com rigor e com repressão para que se construa nela os limites morais socialmente aceitos. (RIBEIRO, 1996: p. 57).

É "triste" ainda e perceber que a sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que nega uma educação sexual voltada para a vida, impõe a uma grande maioria das crianças, jornadas intensas de trabalho forçado - no campo e na cidade - como também exclui uma parcela significativa dos direitos mais fundamentais de se viver dignamente. Ou seja, abandona crianças e jovens à revelia do cruel, da exploração e da morte. (PEREIRA, 1996: p. 35).

Educação sexual infantil passa, necessariamente, por amor, respeito e pelo direito fundamental que é a apropriação do saber. O educador José Marti (apud Tovar: 1995, p. 21) já há muito dizia: "não existe igualdade social sem igualdade de conhecimento". Portanto, negar o conhecimento à criança é negar-lhe, também, dignidade social. Dentre as manifestações de curiosidade infantil e descobertas corporais individuais e coletivas podemos citar as mais

frequentes: masturbação²¹, jogos sexuais, imitação e representação da sexualidade adulta, desenhos, gestos e palavras considerados obscenos.

O auto-erotismo infantil caracteriza-se pela descoberta do prazer localizado nos genitais. As formas mais comuns desta manifestação apresentam-se pela manipulação, pelo friccionar dos genitais em brinquedos (gangorra, cavalinho, balanço, escorregadores, entre outros) e pelo contato direto com o corpo de outras pessoas ou objetos (cadeiras, sofás, corrimãos, etc...). É importante alertar as crianças sobre os perigos ao manuseio de objetos, pois estes podem machucá-las. Convém salientar que o prazer experimentado nessa situação, embora localizado, e difuso, não se iguala ao auto-erotismo adulto. O auto-erotismo infantil é considerado pelas ciências que estudam o desenvolvimento humano como uma das tantas descobertas de prazer corporal, que acontece na vida dos indivíduos desde o nascimento.

Nessa fase na vida da criança preocupam mais os adultos, sobretudo aqueles que pensam os genitais como partes "pudendas" do corpo - por justamente a criança sentir prazer no ato de brincar. A criança fez várias outras descobertas anteriores a essa, sem com isso chamar a atenção ou levantar suspeitas de "anormalidades" ou "desvios de conduta", tão comumente confundida como ato sem pudor.

Os jogos sexuais entre crianças da mesma idade ou idade aproximada devem ser entendidos como mais uma maneira para conhecer o outro, que inclui tocar partes do corpo para estabelecer diferenças e, também sentir prazer. Esse comportamento faz parte da curiosidade infantil, tal qual abrir gavetas, portas de armários, vasculhar o que existe por trás, sob e sobre o que está encoberto.

²¹ Este termo, no presente documento, é substituído por auto-erotismo porque seu significado etimológico remete a uma visão depreciativa e machista da sexualidade (masturbar = sujar/poluir com as mãos). Auto-erotismo ou prazer solitário e a possibilidade que as pessoas tem de alcançarem o prazer sexual sozinhos e em todas as idades. Significa, também, a possibilidade de alcançar o orgasmo sem, necessariamente, envolver-se com outras pessoas. (PINTO *apud* AQUINO: 1997, p. 50).

A curiosidade é inerente a espécie humana, mas quando se refere à curiosidade sexual, e devido aos valores históricas, mora e religiosa que de certa forma molda a cultura humana, provoca desconforto no mundo adulto, chegando a ser interpretada, rotulada e discriminada como disfunção sexual. Por isso, na educação infantil e nas séries iniciais, sugerem-se atividades de jogos corporais e trabalhos de diversas formas sobre o esquema corporal humano.

Assim o educador, ao planejar seu trabalho pedagógico, precisa analisar os materiais didáticos que trazem o corpo como tema, verificar se os mesmos omitem, por exemplo, a genitália. Nesse caso, tal omissão é considerada inadequada, uma vez que esta compõe o biológico humano e, portanto, precisa ser trabalhada como as demais partes do corpo. Faz-se necessário partir do conhecimento que a criança traz consigo, mesmo que seja um vocabulário que nomeiem as genitálias por apelidos. Cabe ao professor trabalhar a variação do vocabulário da criança até chegarem à nomenclatura científica.

Vale ressaltar que a educação sexual é processual e que não se esgota em séries e/ou idades. Contudo, “costuma-se acreditar em nível de senso comum” que a sexualidade inicia-se a partir da menarca (primeira menstruação feminina) para as meninas e da polução noturna para os meninos, por serem estes fatores determinantes biológicos da pré-condição da procriação e por ocorrerem frequentemente na puberdade ou pré-adolescência. (ROCHA,1995: p. 10).

A concepção de educação sexual defendida neste documento considera que o conhecimento científico e a linguagem afetiva devam ser trabalhadas /consideradas a partir do ingresso da criança na escola, como uma das possibilidades de conquista da autonomia afetiva, da liberdade de escolha e de uma vida mais prazerosa. Neste sentido, defende-se que as intervenções pedagógicas devam ser planejadas e desenvolvidas pelo educador, independente das crianças terem manifestado interesse, ou não, pelo tema. A imitação e a representação da sexualidade adulta entre crianças, além de ser uma manifestação de curiosidade, é, também, um indicativo de que elas já estabeleceram alguma relação com o conteúdo ato sexual.

Crianças de um passado muito recente "brincavam de papai e mamãe", "medico e enfermeira" numa tentativa, quase única, de saciar suas curiosidades. As crianças de hoje persistem nestas brincadeiras, mas estão diretamente ligadas a um mundo muito mais erotizado e sexuado. Por exemplo, os heróis dos desenhos infantis já não são mais os assexuados de décadas atrás, e as bonecas são produzidas de forma erotizada e, além disso, vem acompanhadas de namorados e por vezes grávidas.

Nesta perspectiva é importante evitar julgamentos, principalmente os precipitados, e ações repressivas que legitimam uma compreensão reduzida e equivocada do desenvolvimento infantil. Segundo Bakhtin:

Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala. Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível (BAKHTIN, 2003: p. 283).

Um trabalho pedagógico que utiliza os brinquedos das crianças, seus personagens prediletos, que pratique com elas as brincadeiras que fazem parte do seu mundo particular, pode auxiliar o processo de busca de respostas para explicar aquilo que lhes é confuso, bem como produzir conhecimentos sobre combate as violências, sem traumas, punições e repressões. Isto porque as crianças, por não terem se apropriado da forma dicotomizada do mundo privado e do mundo público, poderão manifestar suas expressões sexuais no espaço escolar, sem que isto seja um problema para elas. (NUNES, 1987: p. 27).

Tocar seu corpo e o corpo do outro, imitar e/ou representar vivências sexuais apreendidas do mundo adulto devem ser compreendidas pelo educador como dimensões integradas do processo de aprendizagem e de desenvolvimento

infantil, e quando ciente disso ele deve trabalhar com as crianças, para estabelecer limites de sentidos entre o âmbito do privado e público. Isto porque, na nossa cultura humana, as manifestações sexuais pertencem ao mundo privado e, por mais que sejam consideradas como uma simples demonstração de afeto, as carícias nem sempre serão bem aceitas se efetuadas em espaços públicos. Mostrar os limites dos valores humanos à criança, como eles funcionam em nossa cultura imediatista que a todo momento recebe mensagens vindas da TV, rádio, jornal e Internet “redes sociais”, pode fazer com que a criança seja capaz de diferenciar atos que demonstram afeto daqueles que são considerados ridículos, abusivos ou violentos.

Mesmo não sendo responsáveis diretos pela violência e suas manifestações, os meios de comunicação podem e devem representar um papel central em uma ampla articulação de esforços voltados para o enfrentamento do problema. No complexo processo de influência da mídia, vale lembrar, as temáticas ou enfoques privilegiados pelos meios de comunicação acabam alcançando impacto potencializado sobre a sociedade. (PACHECO, 1998: p. 48).

Compete ao educador estar atento para que não haja coação de uma criança maior sobre outra menor, garantir que haja respeito pela opção da criança que não deseja participar da atividade, e também perceber que durante as brincadeiras os desenhos, gestos e palavras obscenas manifestadas por ela constituem, na sua maioria, uma linguagem desencontrada, isto é, a criança sabe que constrange o outro, no entanto não percebe o sentido real da ofensa. Em muitos casos tal comportamento, não passa de mera imitação de gestos e palavras que, afinal, estão colocadas no cotidiano dela, em sua casa, na rua, ou até mesmo nos programas de televisão aos quais assiste.

O papel principal dos educadores (independente do nível que atua educação infantil, ensino fundamental, médio ou superior) diante da televisão, é o de ensinar os indivíduos a verem TV, possibilitando a estes, instrumentos de criticidade, programações de relevância, reflexões sobre o assistido na instituição e em casa. (ADORNO, 1995: p. 79).

O desenho na educação infantil e nas séries iniciais, representa, sobretudo, uma necessidade de a criança expor suas fantasias e vivências compondo o

seu processo de representação dos indivíduos e da cultura em que vive. É comum que "solicitada a desenhar uma pessoa, (...) ela faz o desenho representando o próprio sexo" (RIBEIRO, 1996: p. 111). Assim como desenha uma casa onde as paredes não impedem que se veja os móveis e utensílios dentro do ambiente, ela também representa os seres humanos como se as vestimentas fossem transparentes.

Nas séries mais avançadas, os desenhos podem, muitas vezes, significar uma forma de exprimir a ansiedade de quem não consegue falar, dialogar, criar e/ou esclarecer, junto aos adultos, suas curiosidades. "Não é uma tarefa fácil, por que se não veem em casa, veem na casa dos amigos, dos vizinhos, e com esse argumento muitos pais simplesmente desistem de controlar o que seus filhos estão assistindo. Os pais tem que exercer seu papel de educadores e não deixar que a que a TV eduque suas crianças, virar as costas para o problema não é a solução, é dever e obrigação dos pais ver e acompanhar o que seus filhos estão assistindo, e colocar limites". (MONTEIRO, 1998: p. 130).

Quando uma criança chega à escola, mesmo tendo pouca idade, traz conceitos do mundo cotidiano, onde as falas, os sistemas simbólicos sexuais da cultura estão basicamente apoiados por três abordagens: médico-higienista (ex.: use a camisinha); consumo (ex.: apelos sexuais para vender inúmeros produtos) e ético/moral proibido/pecado/sujo (ex.: vivências de negação dos genitais e/ou outras posturas repressivas em relação à sexualidade).

Uma educação sexual transformadora pressupõe uma nova ética e uma nova moral. Para tanto, a criança necessita apropriar-se do conhecimento científico e associar a sexualidade à afetividade, a partir de sua própria vivência, por isso cabe ao educador considerar a vivência que constrói a própria sexualidade e afetividade de cada criança. Assim o educador terá, também, possibilidades de lidar com as manifestações sexuais percebidas pela nossa sociedade como deserotizadas, proibidas e mecanizadas, resignificando-as com afetividade, respeito, solidariedade e conhecimento científico.

Inúmeras são as questões referentes à educação sexual infantil, mas pela limitação deste Documento, apontam-se aquelas mais amplas e fundamentais como um nome que desencadeie a vontade política e pessoal, o estudo e o aprofundamento necessárias para que se concretize uma educação sexual que se contraponha a deseducação posta e inumanamente internalizada/naturalizada.

2.1 ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS, IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

O psicopedagogo é um profissional que tem uma formação que lhe possibilita compreender o desenvolvimento humano e o desenvolvimento da sexualidade, que é uma parte do desenvolvimento da pessoa; além disso, o psicopedagogo tem potencialmente os conhecimentos teóricos sobre como facilitar a aquisição dos conhecimentos sobre estes temas.

Segundo Bossa (2007), “a questão da formação do psicopedagogo assume um papel de grande importância na medida em que é a partir dela que se inicia o percurso para a formação da identidade desse profissional” (p.63). Na citação, podemos perceber quão importante é identificar a formação do profissional em psicopedagogia. A construção da identidade do psicopedagogo está correlacionada com a própria identidade da Psicopedagogia. Para fortalecer as ideias anteriores, citamos Masini 2006:

A identidade da psicopedagogia não está ainda bem delimitada como área de estudos, apesar de décadas de existência, no Brasil e na Europa, comprovadas em livros e revistas especializadas. Permanecem discussões e em bates com pares, em meio a mal entendidos sobre fins, locais, modalidades e recursos de atuação. (MASINI, 2006: p. 249).

Isto posto, o trabalho com orientação sexual na escola, embora não seja tarefa única e exclusiva do psicopedagogo, é de sua competência, pois cabe a ele orientar as práticas de educação sexual. No entanto, o que observamos nas poucas escolas que desenvolve trabalhos em educação sexual o professor é quem prepara e organiza as atividades.

2.2 ATÉ QUE PONTO UMA SEXUALIDADE MAL RESOLVIDA, MAL DIRECIONADA OU EQUIVOCADA ATRAPALHA NA APRENDIZAGEM

De acordo com Pinto (2004) a sexualidade interfere muito na questão da identidade, principalmente do púbere e do adolescente, e assim interfere no processo de aprendizagem. O jovem que pode ter um pouco mais de conhecimento de si, de sua sexualidade, passa a ter um maior desenvolvimento escolar, melhor desenvolvimento de aprendizagem, na medida que a relação entre auto-conhecimento, sexualidade e aprendizagem é muito grande. Outra questão essencial para que alguém aprenda ou que se disponha a aprender é a curiosidade. Parte da curiosidade tem a ver com a sexualidade, então, se abrimos o caminho para a curiosidade acerca da sexualidade, abrimos também caminho para a curiosidade sobre o mundo, curiosidade científica, curiosidade filosófica, curiosidade à cata de conhecimento. (PINTO, 2004).

Na nossa cultura, uma das portas mais fechadas para a curiosidade é a que diz respeito à sexualidade. Não há ninguém em nossa cultura que lide tranquilamente com a sexualidade, existem aquelas pessoas que lidam com mais facilidade e outras com menos, mas para a maioria das pessoas o tema ainda é difícil. A diferença entre educação sexual e orientação sexual segundo. (SUPLICY, 1999).

Segundo Pinto (2004) as crianças não podem perguntar, os pais ainda ficam morrendo de medo sobre o que e como responder, e o que não responder. O adolescente não tem espaço para perguntar nem tampouco a confiança de que receberá respostas honestas. A sexualidade é um dos aspectos mais importantes da personalidade, mas acaba ficando confinada a um saber que muito raramente pode ser confirmado por fontes confiáveis.

Ouvimos falar de sexo enquanto tabu há 30 anos, hoje ligamos a TV e vemos cenas de sexo, sem falar naquelas que são tratadas com mau gosto. Já se fala abertamente em erotismo, sexualidade nas novelas, filmes e programas de forma geral. Ainda hoje o sexo é um tabu, ou é um assunto que temos carência de especialistas, de currículo, e de formação para orientar o jovem?

As novelas, minisséries, seriados ou episódios contam histórias do cotidiano. Ao abordar conflitos pessoais ou sociais comuns, prendem a atenção pela previsibilidade ou pelo humor. Essa relação entre o real e o imaginário atrai os telespectadores, que se identificam com situações ou personagens. A aproximação com a vida real fornece rico material para discutir valores e comportamentos. (ORTIZ, 1989: p. 70).

Essas questões ainda são um tabu, embora felizmente não tanto quanto antes. Ainda assim, é muito difícil achar uma família que converse abertamente sobre sexualidade. Na televisão temos até programas bons, mas a TV tem um limite, o limite da informação, já que ela não tem a possibilidade de facilitar o acesso ao conhecimento.

A TV não concorre para diminuir esse pré-conceito deveria, mas não diminui porque é um tabu muito antigo, muito arraigado, temos toda força das religiões de forma geral, com raríssimas exceções, que trazem mais tabus, por ser uma área difícilíssima em nossa cultura. (PINTO, 2004: p. 113).

2.3 A EROTIZAÇÃO PRECOCE NA MÍDIA PODE CAUSAR PREJUÍZOS A UM DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DA SEXUALIDADE NA CRIANÇA?

O que vemos em grande parte da mídia é um reflexo da sociedade narcisista na qual a sexualidade que nos é apresentada pelas mídias, na maioria dos lugares, é a sexualidade narcísea, baseada na aparência e na conquista do poder sobre o outro, tanto para homens como para mulheres.

Nesse sentido, a orientação sexual é importante porque ela facilita os questionamentos sobre sexualidade e possibilita a adesão de um outro tipo de ideologia sexual. Segundo Pinto (2004), a educação sexual tem a função de, em seu trabalho regular, possibilitar ao jovem reorganizar sua ideologia sobre a sexualidade. Esse trabalho não deve ser feito só com o adolescente, mas também com os pais, pois grande parte das dificuldades não vem da mídia, vem dos pais.

Não há ninguém em nossa cultura que lide tranquilamente com a sexualidade. Existem pessoas que lidam com mais facilidade e outras com menos, mas para a maioria das pessoas o tema ainda é difícil.

Sabemos da importância de explorar com curiosidade os prazeres corporais ligados à sexualidade, assim como entender a sexualidade como algo mais do que a relação sexual, não só o ato sexual. Devemos levar em conta a questão do erotismo, da sensualidade, da importância de um bom contato corporal, mas principalmente devemos entender que a sexualidade é um meio pelo qual nos relacionamos com o outro, não é um fim em si mesma, como tratada pela cultura narcísea. Lidar bem com a sexualidade é entender que esse é um caminho, na maioria das vezes, gostoso: há diferentes experiências, umas são boas, outras não, mas geralmente é gostoso se a pessoa tem a liberdade de ser curiosa. (PINTO, 2004).

Quando pesquisando muito a respeito da curiosidade, acho que uma das coisas que mais falta em nossa cultura é o respeito à curiosidade, e isso é ruim porque a curiosidade é a base do desejo de aprender.

Gosto muito dos conceitos de Winnicott e do Eric Neumann, que falam sobre a importância do primeiro ano de vida, quando a relação mãe e filho é muito estreita. Aí começa a aparecer a importância da curiosidade, pois a mãe que tem a liberdade de ser curiosa fica mais atenta ao filho. Já a mãe que tem menos curiosidade fica mais presa às regras de cuidado, e vocês já notaram quantas regras existem para as mães nos dias de hoje? Existem manuais, do tipo faça assim, faça assado, que acabam gerando dificuldades para a pessoa descobrir-se e descobrir o outro.

Enio Brito Pinto (citado por Pinto, 2004: p. 54) psicopedagogo faz referência aos questionamentos das mães quanto à sexualidade das crianças:

Uma das coisas que mais observo em terapia, vendo crianças e mães, é o questionamento: será que fiz certo? Será que fiz errado? Quem tem uma curiosidade livre não tem certo, não tem errado, ela consegue fazer o que é bom, o que é suficientemente bom. O combate à curiosidade começa desde cedo, e já começa pelos pais. É o pai (ou a mãe) que não consegue ter curiosidade sobre o que é e como é ser pai (mãe), que não saboreia o começo da paternidade, que adota posturas previamente determinadas, como se sua experiência a cada momento não lhe fosse instrumento suficiente para lidar com o filho. Isso acaba gerando um embotamento da curiosidade da criança.

A nossa cultura tende a buscar muito a segurança, como se a vida pudesse ser segura, e a vida não é, a vida é risco o tempo todo. Os manuais dão uma falsa impressão de conhecimento, que acaba por inibir o experimento diante da vida. A vida é uma passagem que fazemos nesse mundo para experimentar, lógico que não significa sair experimentando qualquer coisa loucamente, mas saber que não temos garantia para o amanhã, que temos o agora, temos uma história, temos desejos, projetos de futuro, sentimentos e nossas reflexões, temos nossa corporeidade, e principalmente temos a possibilidade de nos conhecermos suficientemente bem, o que só alcançamos quando nos permitimos experimentar na vida.

2.4 COMO FICAM OS FILHOS DE PAIS QUE NÃO LIDAM BEM COM SUA SEXUALIDADE?

A maneira como os pais lidam com a própria sexualidade interfere de maneira significativa no modo que os filhos desenvolverão sua identidade sexual. Penso que há muito que se fazer para auxiliar os pais a lidarem melhor com a própria sexualidade e, com isso, com a sexualidade dos filhos.

Podemos sugerir aos pais participações palestras, discussões etc., para que eles possam incrementar sua própria vivência da sexualidade. Se esses pais não buscam um maior auto-conhecimento quanto à própria sexualidade, tenderão a evitar – ainda que implicitamente – o contato com a sexualidade dos filhos. Então, essa criança vai procurar em revistas, televisão, jornal, entre os pares, a informação que necessita. Vai procurar com adultos, se tiver possibilidade, o que é relativamente raro, mas grande parte vai guarda dentro de si, como uma pedra engolida, o não saber (PINTO, 2004).

A Psicologia da forma como é feita hoje, segundo (PINTO, 2004), é muito elitista. Essa coisa de consultório é para muito poucos; ela tem conhecimento, tem informações, tem colaborações para o mundo de uma forma mais ampla.

A educação sexual é um trabalho preventivo, pois acredito que muitas dores provocadas pelas neuroses podem ser prevenidas a partir de um boa

orientação sexual. O profissional que se propõem trabalhar com a orientação sexual deve ser um especialista que vai escola somente para fazer orientação sexual, e não ser um avaliador. O problema de se colocar um professor para trabalhar a orientação sexual na escola, é justamente o fato de ele ter poder de avaliação.

As escolas, de maneira geral, ainda lidam de forma muito velada com a sexualidade.

Penso que é preciso que se crie coragem para ampliar o espaço da orientação sexual regular, embora com alguns cuidados. Eu começo o livro apontando alguns desses cuidados, como, por exemplo, o risco da orientação sexual tornar-se algo normativo, onde não haja espaço para o jovem descobrir seus próprios valores. (PINTO, 2004: p. 185).

O desafio é despertar a curiosidade dos alunos para ele ir para aula. A curiosidade sobre a sexualidade ele já tem, tem que ter a curiosidade para ir para aula e lá encontrar um ambiente favorável e confiável para sanar suas dúvidas.

O contato com o próprio corpo, fato que a educação nos dias de hoje ainda ignora é outro ponto a ser trabalho pelo profissional de educação sexual. Consideramos contato com o corpo não apenas fazer exercícios físicos, noção corriqueira em nossa cultura, mas o contato no sentido do conhecimento do próprio corpo. A pessoa – a criança, o jovem e o adulto – que tem um contato corporal melhor, aprende melhor.

A aprendizagem é feita pelo corpo todo, o corpo aprende, somos um corpo, e a educação tradicional despreza o corpo, busca só uma aprendizagem intelectual. A orientação sexual é uma das formas de propiciar ao aluno um maior conhecimento sobre seu próprio corpo, é uma das formas de você lidar com mudanças que afeta o corpo inteiro, tanto no aspecto físico quanto intelectual pois a prática da orientação sexual preocupasse com o sentir e o perceber. Essa ideia da integração de cada pessoa como um organismo é uma ideia que defendo sempre na aprendizagem, pois a aprendizagem se dá no corpo inteiro.

A masturbação, que faz parte da descoberta de próprio corpo e dos prazeres da criança, ainda hoje reprimida de forma traumática. A criança ainda busca um prazer sensual (o prazer sexual é para o adulto e o adolescente), e a masturbação é uma forma básica importante de autoconhecimento corporal, mas a maioria das pessoas ainda reprime a criança e o jovem que se masturbam, o que é ruim.

Seria bom que não houvesse repressão, mas, por outro lado é preciso fazer que a criança entenda que a masturbação é uma coisa íntima. Assim como ensinamos a criança que há um lugares específicos para determinadas práticas pessoais, a masturbação pelo seu carácter íntimo não deve ser praticada em contexto públicos. A criança leva mais tempo para entender isso, o jovem entende rápido, principalmente se desde de criança isso lhe foi explicado. (PINTO, 2004).

Mas é preciso dizer a essa criança que ela pode, que a masturbação não é proibido, mas é uma prática íntima, é um momento de solidão mesmo, de uma boa solidão. Esse é um cuidado necessário pois devemos deixar claro para a criança que ela não proibida de se masturbar, que ela pode mexer em seu corpo (em seus órgãos genitais) porém há lugares onde tal prática não se aplica. Depende da criatividade da família em ensinar isso, mas que fique claro que ela pode mexer sim, que é gostoso e importante, mas tem lugar.

2.5 AS POSSIBILIDADES QUE OS PROFESSORES TÊM PARA OUVIR SITUAÇÃO INESPERADA E CARREGADA DE TENSÃO ENVOLVENDO A SEXUALIDADE

Vamos entender por carinho a disponibilidade pessoal do professor para atender às demandas que recebe em relação do assunto. E mais: vamos entender por carinho a possibilidade de o professor aplicar a formação que recebeu para ser multiplicador de preciosas informações e atitudes que irão contribuir com a vida prática de seus alunos.

Conforme Sayão, (1995: p. 271) “infelizmente, em lugar de carinho, o professor tem é carência”. Carência de informações, carência de formação especializada, carência de conhecimentos na maneira de abordar o tema sexualidade com crianças e jovens em cada etapa específica do desenvolvimento. E ao se defrontarem com sua carência, como encontrar carinho para atender aos alunos? O que resta, para muitos professores é expressar afeto nas respostas. Mais não é só disso que alunos precisam.

Na relação aluno e professor o afeto pode estragar a chance que o educador tem de ser uma referência confiável pelos alunos, uma instância diferentes dos pais. O que os pais querem para os filhos? O bem deles, é claro, que se resume em uma vida saudável, feliz, realizada. E poderia ser diferente? O grande problema é que o bem que os pais querem para os filhos nem sempre leva em considera os filhos, com seus modos particulares de viver e pensar, os valores que ainda estão se formando, e com a busca do próprio caminho. Quase sempre esse bem tem como referência a vida dos próprios pais, e essa diferença pode ser alienante, e assim transformar-se em dificuldade na educação sexual. (SAYÃO, 1995: p. 272).

Pois bem, quando um professor, no contato com os jovens, reproduz esse esquema dos pais e passa, também, a querer que seus alunos se deem bem na vida, inclusive sexual, tudo o que poderia acontecer de positivo no desenvolvimento do aluno nessa área pode se transformar no contrário.

Vamos para um exemplo que pode esclarecer melhor essa dinâmica. Uma jovem adolescente de 12 anos pergunta a um professor, com quem tem um bom relacionamento, em quem confia e, portanto, respeita, por que algumas garotas são chamadas de galinha pelos meninos. Em fração de segundos, que nem mesmo permite que o professor se dê conta, ocorre o pensamento de que a aluna, de quem ele gosta tanto, precisa aprender a não se comportar como tal. E lá vem sermão: galinha é a garota que não se respeita, que fica com todo mundo, que isso, que aquilo. Tudo com o maior afeto do mestre. Mas sem carinho. Pois, caso a garota identifique o próprio comportamento com o conceito expresso pelo professor ou tenha sido chamada como tal ou venha,

algum dia, a se comportar assim, vai se considerar uma galinha. O preconceito é ratificado pelo mestre.

O professor, sem perceber, acaba por contribuir para que a aluna fique mais submetida mais ainda aos valores impostos. Um outro exemplo para ilustrar melhor a situação e fazer com que os professores sejam capazes de perceber tudo que está em jogo em um diálogo simples e curto sobre a sexualidade com seus alunos o de uma garota que confia à sua professora preferida que uma grande amiga engravidara e, tendo tentado um aborto doméstico, havia ido parar no pronto-socorro, com hemorragia violenta. A garota está angustiada com a gravidade do estado de saúde da amiga e busca conforto e suporte junto à professora, que percebe o pedido e se dispõe a conversar com a aluna, com maior afeto. (SAYÃO, 1995: p. 271).

Pois bem, tudo perfeito até aqui, inclusive a disponibilidade pessoal da professora em aceitar exercer mais esta função, a de orientadora, para a qual não tem tempo previsto nem formação. A conversa flui bem, a aluna vai se sentindo mais aliviada, até que, por convicção e não descuido, a professora diz que a prática do aborto é o assassinato de um filho. Tudo acabado. (ERICKSON, 1987: p. 34).

O conceito expresso nesta frase supõe uma atitude moral, um valor, uma religiosidade - dá a professora, e que todos nós temos, mas que deve ser exercido em nossa vida pessoal, em nosso comportamento. Muitos acreditam que temos a obrigação, principalmente nesta época em que observamos uma falência séria de vida digna e comportamento responsável nos grupos sociais em que vivemos, de expressar e reproduzir a noção de ética. Só que no relacionamento professor-aluno existe uma relação de autoridade. Quanto mais próximo o aluno de seu professor, maior a tendência da identificação.

Agora imaginem vocês como uma frase simples como a dita pela professora pode interferir na vida de quem a ouve. A jovem está apenas começando um percurso próprio de vida. Nesse caminho, ela precisa de informações objetivas para poder encontrar e criar seus próprios valores e aprender a respeitá-los. A família, ao educar, qualquer que seja o tipo de educação que aplique, impõe

aos filhos a observância, dos valores que julga importantes até a adolescência. É a partir dessa fase que os jovens começam a questionar pais e adultos. "Aborrescentes", "rebeldes sem causa" são expressões que mostram o quanto é difícil para os pais suportar esse rompimento. Mas é preciso. (TIBA, 1994: p. 15).

Usando a autoridade que tem diante da aluna, a professora pode até estar procurando difundir valores nos quais acredita, além de, claro, querer que a aluna veja o aborto como uma situação estressante e arriscada, a ser evitada. O que pretende a professora é bendito, mas a forma é maldita. Ela agiu como mãe, impondo um modo de pensar (e talvez agir, dependendo do grau de confiança que a aluna depositava nela) e perdeu a oportunidade de ser a orientadora, que mostra e questiona todas as possibilidades existentes, mas não abre nenhuma porta mostre ser esse o caminho verdadeiro.

Embora os exemplos apresentem duas situações de bastante impacto, devemos concordar que elas são muito frequentes. As perguntas variam, as respostas se apresentam de formas diversas, mas realçamos a dinâmica envolvida nesse processo que é o de alguém que precisa de informações e tem como resposta conceitos carregados de valores e preconceitos, dentro de um relacionamento em que há explícita e/ou implicitamente, o exercício de autoridade. (SAYÃO, 1995: p. 273).

Outra situação muito comum e que provoca reações emocionais intensas é o mal-estar que os professores sentem quando ouvem a chamada linguagem chula ou vulgar, a qual os alunos fazem uso quando, desajeitadamente, tentam conversar com professores sobre o tema da sexualidade.

Como já dissemos anteriormente, os alunos já chegam à escola com um arsenal de informações, dúvidas e posturas que trazem de casa. Mas como, ainda, na maioria dos lares brasileiros, o assunto é tabu e não é tratado com naturalidade, é mesmo na rua e em conversas sussurradas que nossos pré-adolescentes e adolescentes podem falar com mais liberdade de suas sensações, vivências e fantasias sexuais. (PILON, 1987).

Os mestres sabem o quanto está difícil hoje manter o seu lugar. A situação social do País, a grande dificuldade dos pais em educar seus filhos, o baixo salário dos professores e seu atual status social - ou melhor, a ausência dele -, o baixo nível de qualidade de ensino nas universidades, a baixa estima dos professores, a má qualidade do patrimônio escolar etc, são elementos que contribuem para dificultar o trabalho dos professores.

Apesar de os professores, de qualquer ramo do saber, trabalharem com relacionamento, pouco sabem eles da psicologia do desenvolvimento e das relações humanas. Sim, existe a disciplina da educação e outras que, infelizmente, pouco ou nada oferecem de prático aos alunos, futuros professores. Afinal, quando será que a Universidade, em especial, e as escolas, em geral, vão se lembrar que existe uma realidade externa a elas, e que é lá que os futuros profissionais vão atuar? E sobre a sexualidade dos alunos, então? Quem é que se lembra ou ousa falar sobre isso com os futuros professores? Tema via de regra solenemente ignorado, como se isso pudesse, magicamente, fazer com que o fato deixasse de existir, mas não é o que acontece.

CAPÍTULO III

RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO

O aluno tem que se sentir bem na sala de aula, ter uma relação estável e de confiança com seu professor para sentir-se à vontade para questionar e, assim, esclarecer dúvidas e conflitos em relação a diversos temas, inclusive sobre a sexualidade.

Para um bom trabalho de orientação sexual, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre alunos e professores. Os professores precisam mostrar-se disponíveis, para conversar a respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora [...] Informações corretas do ponto de vista científico, ou esclarecimentos sobre questões trazidas pelos alunos, são fundamentais para seu bem estar e tranquilidade para uma maior consciência de seu próprio corpo, elevação de sua alta estima. (BRASIL, 1998: p. 302).

A sexualidade, conforme Nunes e Silva (1997) é uma manifestação própria do ser humano, logo é inerente a qualquer criança, sendo sua manifestação particular, ou seja, manifesta-se de modos diferentes em cada indivíduo. Cabe, pois, aos educadores conhecê-los, respeitá-lo e conduzi-los sem estimulação nem repressão, e tendo sempre em mente uma auto-reflexão de sua própria sexualidade.

A sexualidade é uma manifestação ontológica da condição humana, isto é, a sexualidade faz parte da própria constituição intrínseca do que seja o ser humano. Torna-se assim uma das mais privilegiadas dimensões de sua manifestação subjetiva, histórica e social. (NUNES e SILVA, 1997: p. 9).

Segundo Nunes e Silva (1997), as manifestações mais frequentes nas crianças, no espaço escolar, são: manipulação dos órgãos genitais, beijo na boca, curiosidades sobre o corpo do colega, parto e relação sexual. Muitas vezes as curiosidades se apresentam de forma direta, outras vezes surgem encobertas por brincadeiras erotizadas, tendo como fontes as piadas, músicas, expressões verbais, desenhos dos órgãos genitais, e o uso de palavras

vulgares para nomear os órgãos genitais tanto o masculino, quanto o feminino.²² Além disso, a criança é influenciada por outras fontes tais como livros, revistas, até mesmo por pessoas que não fazem parte da família, ou pela mídia. Essas fontes exercem poder de manipulação e atuam de maneira decisiva para a sua formação sexual como indivíduo.

A escola precisa repensar urgentemente a sua relação com os meios de comunicação, deixando de ignorá-los ou considerá-los inimigos. A escola também não pode pensar em imitá-los, porque nos meios predomina a função lúdica, de entretenimento, não a de organização da compreensão do mundo e das atitudes. (MORAN, 2010: p. 95).

Por não compreender por completo o significado das mensagens veiculadas pelas mídias, muitas vezes, a criança constrói conceitos errados e fantasiosos sobre a sexualidade. Propagandas, além dos filmes, novelas - intensamente erotizadas - veiculadas pela televisão, geram excitação que está relacionada às curiosidades e fantasias da criança. Propagandas e reportagens sobre sexualidade como a campanha de prevenção à AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) enfocam o tema com informações dirigidas ao público adulto, embora a criança também as assistam. A criança permanece grande parte do tempo em frente à televisão, inclusive passam mais tempo em frente a ela do que na escola, e em muitos casos, mais tempo até do que passa com a família, que poderia esclarecer suas dúvidas sobre os assuntos abordados pelos veículos de comunicação.

[...] que por meio da imagem e do som, da sedução estética, da provocação e da estimulação sensitiva, bate e rebate em temas de relevância atual: a violência, o amor, a sexualidade, a amizade, a traição, o desejo; a ganância e o sucesso. (CASTRO, 1998: p. 11).

Conforme Nunes e Silva (1997), a atitude e a intervenção do professor diante das manifestações sexuais dos seus alunos poderão contribuir na formação da criança. Sem dúvida, a criança não chega à escola em estado de nudez espiritual e, sendo assim, cabe ao educador, de modo didático, e com uso de

²² O pensamento que define como construção de sujeitos – masculinos e femininos – em relação, atravessados, dentre outros elementos, pela história e pela sociedade, o que acaba por produzir efeitos na maneira como os sujeitos se relacionam entre si e consigo mesmos. Nessa perspectiva, pode-se entender que os encontros entre profissionais e alunos contribuem para a produção de subjetividades. (SIMÕES, 2009: p. 196).

materiais de suporte adequados para tratar do tema sexualidade, ajudar a criança a realizar-se ou resgatar-se como ser sexual, com direito ao bem estar.

A tarefa do professor torna-se a mais exigente, a mais bonita e, acima de tudo a mais realizadora, o que leva a crer que vale a pena ousar (RIBEIRO, 1993: p. 166). A criança é sempre curiosa, mesmo que tenha curiosidade ou a manifeste, é bom ajudá-la a tomar consciência das questões que ela levanta. A criança tem muita curiosidade em querer saber sobre a sua origem, de onde veio, como veio, como entrou e como saiu. Tais perguntas são parte fundamental do seu processo educativo sexual, e cabe ao pai e ao professor responderem suas dúvidas por meio de linguagens que estejam de acordo com a sua respectiva faixa etária.

3.1 A PROBLEMÁTICA DA MEDIAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

Segundo Goleman (1995), antes de falar da mediação entre professor e aluno na orientação sexual propriamente dita, é preciso tratar o tema a partir do que sabemos sobre os relacionamentos no contexto atual, e isto inclui as relações estabelecidas nas instituições de educação.

O individualismo e a busca de soluções em causa própria, por mais incrível que possa parecer, fazem parte do cotidiano daqueles que pregam ardentemente o fazer coletivo.

O mundo, que parece avançar para um futuro incerto, vive, hoje, uma crise de encontros, isto é, as pessoas estão emocionalmente distantes, e este pode ser considerado como um aspecto que degrada a nossa civilização, razão esta que justifica a presença da crise de encontros e da alienação em todos os segmentos da sociedade. A pressão social e competitiva parece envolver as pessoas de uma forma tão brutal, que elas não conseguem olhar para o lado e notar o verdadeiro sentido da vida, e que possível crescer sem necessariamente pisar nos semelhantes.

Goleman (1995) faz uma referência às relações de alienação ao dizer que a tendência social gerada nos países modernos tem como objetivo proporcionar ao sujeito uma autonomia de vida cada vez maior, o que por sua vez traz mais competitividade entre os indivíduos, como acontece em locais de trabalho e em ambientes menos solidários, ou como em universidades, locais que trazem maior isolamento, com uma deterioração na integração social. A lenta desestruturação da comunidade e o aumento implacável da autoafirmação chegam a um ponto em que as pressões econômicas e sociais exigem mais - e não menos - cooperação e envolvimento.

Entender as contradições que emergem deste cenário é compreender a dimensão social da educação, podendo ser também a abertura necessária para se pensar qual é o espaço da escola e, sobretudo, repensar qual tem sido a postura dos professores no que se refere à educação sexual e ao que ela tem contribuído para a formação emancipatória do aluno.

Por estarem em novo século e vivendo um momento histórico de transição nos mais diversos sentidos, os meios educacionais, de forma geral, se caracterizam pela apatia, pelo desinteresse ou, quando muito motivados, por interesses particulares quase sempre acompanhados de sensível pobreza na vivência de sentimentos, aliados à incerteza do fazer pedagógico, o que torna o quadro ainda mais comprometedor.

Mesmo nos centros geradores do conhecimento como as universidades, o enfraquecimento das relações humanas se faz presente no dia a dia, seja no relacionamento entre os próprios professores, seja no relacionamento entre professores e alunos. Este enfraquecimento quase sempre é pautado pela falta de comprometimento, e até mesmo de entusiasmo e identificação com a causa maior, que se resume na busca e na apropriação do conhecimento.

Professores sem amor e entusiasmo pelo conhecimento, com pouco ou nenhum embasamento teórico sobre temas de interesse atual que devem ser abordados nas salas de aula, confusos e sem saber como proceder na sua prática educativa em geral, e isto inclui a orientação sexual de seus alunos,

esquecem que é justamente a prática da teoria que fornece os subsídios necessários para o fazer pedagógico cotidiano e, é na reflexão deste fazer pedagógico que o professor pode procurar cada vez mais melhorar sua atuação. Essa prática acaba por se concretizar como linha de trabalho, mesmo sem ter clareza da teoria que a fundamenta.

Conforme Asman (1998) se, nos meios educacionais, os pressupostos de que o homem se constitui como tal através de suas relações sociais e que ele se relaciona, via ação, em um processo dinâmico que tanto o influencia quanto é influenciado por ele, fossem realmente os parâmetros que norteassem a prática pedagógica escolar, possivelmente os resultados estatísticos que apontam a escola pública como fracassada e improdutiva pudessem ser bem diferentes. Tendo por referência os pressupostos acima citados, pode-se afirmar que a forma como o professor se relaciona com as crianças, e com os alunos em geral, produz diferenças significativas em seu comportamento e por certo interfere, também, em sua aprendizagem e nesse sentido é preciso também repensar o processo educacional.

Diante dos problemas que surgem diariamente na escola, pergunta-se: o que representa atualmente a figura do mestre? Que simbologia traz a seus discípulos? O que está figura representa na caminhada do aluno? Da mesma maneira pergunta-se: Será que o professor consegue visualizar o aluno como ser humano? O aluno, como ser humano do amanhã, será capaz de produzir uma sociedade mais justa, mais solidária? Qual é o conceito de cidadania que esse aluno está conseguindo apropriar-se?

Sobre estes questionamentos Libâneo coloca que:

Se quisermos, pois que o professor trabalhe uma abordagem socioconstrutiva, e que planeje e promova na sala de aula situações em que o aluno estruture suas ideias, analise seus próprios processos de pensamento (acertos e erros), expresse seus pensamentos, resolva problemas, numa palavra, faça pensar, é necessário que seu processo de formação tenha essas características. Parece claro que às inovações introduzidas no ensino das crianças e jovens correspondam mudanças na formação inicial e continuada de professores. (LIBÂNEO, 1998: p. 87).

O que parece é que é dada pouca significação ao processo de caminhada do aluno. Sem dúvida este é um dos árduos desafios que se colocam à frente, pois o caminho é longo e cheio de incertezas. Não existem receitas prontas, mas sem uma tomada de consciência social, é impossível viabilizar um plano de ação que permita um avanço na escalada contra o fracasso escolar, principalmente aos participantes de uma sociedade tão tensa em complexidade e contradições.

Os elementos da paixão, do desejo e do querer devem se fazer presentes na vida e nas relações de trabalho, pois almejamos uma educação revolucionária e que tenha como perspectiva a mediação de um projeto social, já que a acomodação e a falta de entusiasmo são fatores que não podem fazer parte do projeto de vida e de trabalho do professor.

Problemas decorrentes da indisciplina e dos comportamentos indevidos relacionados à postura sexual do aluno poderão, de acordo com essa perspectiva, ser discutidos e trabalhados com os alunos, e organizados a partir de critérios estabelecidos por componentes do próprio grupo, sempre mediados pelo professor.

Importante recurso para a construção da identidade (individual e coletiva) as condutas de oposição podem ser interpretadas também como indício de uma necessidade de autonomia. A introdução de medidas concretas que visem possibilitar maior autonomia e responsabilidade às crianças pode diluir a oposição e facilitar a convivência nos momentos críticos, sem falar nos benefícios que tais medidas podem trazer para o desenvolvimento de condutas sociais importantes, como a cooperação e a solidariedade. (GALVÃO, 1995: p. 107).

O espaço de sala de aula, enquanto grupo social, deverá ser um ambiente de reflexão que permeie o processo das relações de grupos, procurando assim superar as contradições e visar à conscientização dos seus participantes no sentido de crescimento qualitativo, sendo esses considerados agentes da história social que a produziu e que eles podem transformá-la através de suas ações. Esse relacionamento pode determinar o clima emocional da sala de aula e, quando esse clima é cordial, o aluno pode trabalhar mais descontraído e conseqüentemente haverá uma melhor aprendizagem.

Conforme Asman (1995), se a boa atmosfera entre os alunos adultos é positiva, muito mais importante será considerar uma sala com crianças em fase de alfabetização e na educação infantil.

Acreditar no aluno e relacionar-se com ele, com respeito e afeição, são condições necessárias para o desenvolvimento da sua autonomia, o que não significa em absoluto rotular uma escola de paternalista, mas sim uma escola voltada em favor do aluno, onde a cumplicidade que existe entre ele e o professor não seja a mediocridade, mas a solidariedade voltada para uma causa maior que é o desejo de estar e crescer juntos, intelectualmente, no sentido de ampliar horizontes.

Vencer os preconceitos e as resistências em relação à sexualidade, buscar estratégias para trabalhar com as dúvidas e incertezas dos alunos através de situações de aprendizagem que sejam significativas e diversificadas em função das diferenças pessoais e culturais são condições prévias para que se possa buscar uma escola mais democrática²³.

Para viabilizar esta escola democrática há de se estabelecer uma relação orgânica com todos os sujeitos inseridos nela e proporcionar uma interação social mais intensa, buscando promover a integridade pessoal e criando um espaço que, simultaneamente, possa provocar e despertar a sensibilidade individual, trabalhando os conflitos sem perder a identidade coletiva.

Asmann (1998) coloca que a questão da relação professor/aluno, no que se refere à sexualidade, é problemática pois precisa ser trabalhada pelos professores sem barreiras nem preconceitos, abordando até mesmo o medo das doenças sexualmente transmissíveis com as crianças maiores. Para muitas famílias, esse ainda é um tema delicado e a escola precisa desempenhar um papel importante na discussão de assuntos ligados à sexualidade, para que as crianças não aprendam com base em distorções e mal-entendidos.

²³ Promover uma relação democrática entre grupos envolvidos e não unicamente uma coexistência pacífica num mesmo território. (CANDAUI, 2010: p.99).

Os professores que tornam real o pensar da instituição educativa trabalham os pontos relacionados à sexualidade de forma compartilhada para que a educação atinja os objetivos traçados pelo grupo, tal como ocorre com os outros conteúdos educacionais.

Não há uma receita pronta para levar a Educação sexual à sala de aula. O que se recomenda é que a escola assuma a educação sexual com um direito [...], que esqueça sua condição de assexuada ou de repressora de toda manifestação da sexualidade, seja através da curiosidade infantil ou da ansiedade infantil ou da ansiedade adolescente. (CABRAL, 1997: p. 3).

Importante ressaltar que no processo de formação do professor deva ser incluída a perspectiva da interdisciplinaridade em seu próprio funcionamento para garantir ao tema sexualidade o resgate do lugar que este ocupa nas diversas ciências humanas e, ainda, oferecer ao professor a possibilidade de construir um conhecimento que, aliado aos saberes que já tem, colabore com seu letramento e dê-lhe desenvoltura para atuar com tranquilidade.

Para que se produza este corpo de saberes, fundamentais para a formação e atuação do educador sexual, faz-se preponderante conhecer também os contextos em que se produziram os conhecimentos e a forma como os alunos vivenciam sua sexualidade e interagem com a produção social mais ampla relativa ao assunto.

Para que se efetive um bom trabalho de educação sexual, é oportuno que se investigue o que pensam os pais sobre a sexualidade, a fim de se compreender em que contextos se produziram as relações às quais seus filhos estabelecem entre seu corpo e seu sexo e, também, a ética que rege suas ações no espaço escolar.

De acordo com Asmann (1998), é importante a leitura analítica dos discursos dos pais, professores e alunos, acerca do que pensam sobre o projeto de uma educação sexual escolar, pois ela poderá desvendar a origem do imaginário social para se refletir sobre alguns mitos que vêm determinando muitas formas de comportamento relativas à sexualidade.

Conhecendo o discurso vinculado pela família sobre a necessidade de se trabalhar educação sexual, a escola poderá colocar-se como um grande agente de mudança ao negar-se a reproduzir o que a sociedade espera. Isto é, o que é certo ou errado, e com isso, cair no senso comum, perdendo de vista a cientificidade que requer o assunto.

A família em sua versão tradicional desenvolve duas funções fundamentais: a primeira é de impor a própria autoridade e de governar do alto o exercício da sexualidade dos filhos; a segunda é de apresentar-se aos filhos como modelo ideal de comportamento sexual [...] mesmos os pais compreensivos, [...] tornam-se surpreendentemente autoritários quando se trata da sexualidade. (BERNARDI, 1992: p. 25).

3.2 A SEXUALIDADE: UMA AÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

O professor é um elemento muito importante na sala de aula e, por isso, não deverá coibir, repreender, censurar, ter pouca informações e, menos ainda, evitar os questionamentos dos alunos sobre a sexualidade

Para um bom trabalho de educação sexual é necessário que seja estabelecida uma relação de confiança entre o aluno e o professor. Ele deve se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder de forma direta e esclarecedora. Mesmo assim, diante das perguntas ou respostas feitas pelos alunos para o professor sempre existirão, como pano de fundo, os tabus e preconceitos dos pais.

O professor deve estar sempre atualizado para que não passe informações distorcidas para os seus alunos. Mesmo que os professores estejam bem preparados para tratar de assuntos sobre a sexualidade para lidar com crianças, sempre haverá certo receio de julgar o certo ou o errado. Neste sentido Pinto (1999, p.134) confirma que:

O primeiro passo para a gente fazer bem feito este trabalho é ter medo. Se se vai muito seguro, ou se está louco ou para fazer besteira. Na nossa cultura, lidar com a sensualidade é muito delicado requer mais que prudência, requer medo mesmo.

Muitos pais acham difícil falar sobre sexo com seus filhos. A criança aprende a valorizar ou odiar a sexualidade com sua própria família e, neste contexto, o sexo é geralmente tratado como sujo e proibido, dificultando assim o diálogo entre pais e filhos, embora nem todos os pais sejam assim: existem famílias amadurecidas que sabem transmitir às crianças as noções do sexo como algo bom, criado por Deus, e que faz parte da vida e da natureza humana.

Educados em outra época, os pais percebem que a educação que receberam não foi muito boa, desejando, assim, que a sua educação sexual tivesse acontecido de outra forma, pois sua ignorância provoca medo, culpa, que acarretam em mentiras que faz com que a comunicação entre os pais e os filhos seja superficial ao tratarem sobre a sexualidade. Muitos pais não sabem exatamente como funcionam os órgãos reprodutores e, por isso, acreditam que somente um especialista seja capaz de falar a respeito desse tema. Outros sentem vergonha de dizer que não sabem e que vão se informar sobre o assunto. Ainda há aqueles que têm receio de que, ao conversar sobre sexo, estarão despertando nos filhos o desejo de iniciar uma vida sexual precoce.

Quando desenhos e figuras que remetem ao sexo são colocadas em portas de banheiros ou nas carteiras das escolas, ou quando alguém se refere ao sexo usando palavrões ou decorando as paredes, está sendo colocado ali o que passa pela mente de quem os fez. As pessoas são curiosas a respeito do sexo, mas nem sempre pelos mesmos ideais. Muitas vezes essa curiosidade não é desvelada sob o pretexto de que “ainda não está na hora de saber”. Os professores e pais dão frequentemente as informações sobre sexo que eles acham necessárias, mas que não são aquelas solicitadas pelas crianças, pois para eles o interesse das crianças pelo sexo está voltado, sobretudo, para o lado procriativo, ao passo que os ouvidos e os olhos delas anseiam por aquilo que não é falado, pelo que se torna assunto proibido.

Noção próxima do proibido é aquela que pretende que as informações sobre sexo deve ser de difícil acesso para não perder o charme; falar muito sobre o assunto, estudá-lo ou olhá-lo de frente tiraria o interesse das crianças. O resultado seria que elas buscariam informações sobre o assunto em revistas pornográficas ou na Internet, o que não seria o ideal, pois aquelas trazem o truque do comércio para vendê-las, enquanto está cheia de fontes que não são confiáveis, portanto é bom saber que assumindo ou não, falando ou não, os pais estão dando educação sexual para seus filhos, pois, “dependendo da sua atitude, a criança aprende se sexo é bonito ou feio se é conversável ou não” (SUPLICY, 1990).

Na maioria das vezes, a conversa sobre sexo com os filhos tem sido delegada à mãe, e sendo assim, o pai não participa ativamente de um processo muito rico e construtivo para a formação da criança. Isso não precisa e nem deve ser assim, pois a educação sexual é responsabilidade do casal, visto que é importante o envolvimento de toda família. Pode-se afirmar que é nesta fase, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância, e no decorrer de sua adolescência.

A criança sofre influências de muitas outras fontes tais como: dos livros, da escola, de pessoas que não pertencem à sua família e, principalmente das mídias e dos “anúncios publicitários”. Essas fontes atuam de maneira decisiva na formação sexual de crianças, jovens e adultos.

É claro que o termo “crianças sozinhas em casa”, referindo-se as crianças que cuidavam de si próprias e tomavam conta das responsabilidades domésticas, é um tanto pessimista; então a indústria publicitária criou o termo *tweens*... Uma vez que os especialistas em marketing exploram a tendência natural das crianças de desejar crescer e escolher crianças um pouco mais velhas como modelos, não é por acaso que elas têm agido de maneira sexual cada vez mais cedo que as gerações anteriores; elas são alvo de intensas campanhas de marketing muitas das quais, se não a maioria, projetadas para encorajá-las a se vestir e agir como adolescentes ou jovens adultos (LINN, 2011: p. 168).

A TV veicula propaganda, filmes e novelas intensamente erotizadas. Isso gera excitação e aumenta a ansiedade relacionada às curiosidades e fantasias sexuais da criança. A questão é que o educador, segundo Sayão (1995), ao

trabalhar conceitos como o de aborto, por exemplo, explora o tema como sendo apenas uma definição, ou seja, a interrupção de uma gravidez. Tudo mais que possa estar relacionado ao assunto faz parte de valores pessoais, o que pode ter como efeito transformar as crianças em seres que apenas reproduzem conceitos baseados em valores particulares, considerando o sexo, e os assuntos relacionados a ele, como qualquer outro tipo de mercadoria, como o fazem revistas pornográficas, propagandas, novelas, música e os programas de variedades.

Os anunciantes expõem seus produtos com o apelo de imagens de mulheres e homens, semi-nus ou mesmo nus. Como que ficará a cabeça das crianças ao assistirem tais novelas ou comerciais? Neste contexto ocorre a intervenção dos pais que devem utilizar a inteligência, questionando os conteúdos que a TV oferece aos seus filhos, sendo críticos e racionais, caso contrário, serão apenas instrumentos manipulados pelos meios de comunicação de massa. Os pais devem ficar atentos aos programas que seus filhos assistem para que mais tarde, eles mesmos saibam decidir o que realmente vale a pena assistir na televisão.

Parece razoável afirmar que o peso atribuído à atividade de assistir televisão está relacionado com a sedução de oportunidades de brincadeiras ao ar livre que hoje não são mais possíveis para a grande maioria das crianças e adolescentes que mora na cidade grande. Assistir televisão implica inserir-se em outras redes simbólicas de subordinação cultural (CASTRO, 1998: p.15).

3.3 DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A SEXUALIDADE

Com o passar dos anos muito se tem falado sobre o desenvolvimento infantil, ainda mais hoje em dia em que a ciência tem conseguido provar através de pesquisas que brincar e conversar com o bebê são algumas das atitudes que favorecem o seu desenvolvimento. Tanto os pais como os professores buscam a melhor maneira de ajudar a criança a se desenvolver integralmente, mas para isto precisam observar e acompanhar a evolução adquirida com os anos e, ainda, não esquecer de um fator fundamental que é a estímulo, pois atitudes

simples como cantar e brincar com a criança têm papel decisivo no seu desenvolvimento.

Não é por acaso que os estímulos são tão importantes, visto que os bebês nascem com cerca de cem bilhões de neurônios que precisam ser exercitados por toda a vida, formando assim uma rede neural. Durante o primeiro ano de vida, o cérebro triplica de tamanho, e por volta dos dois anos executa muito mais sinapses, o que leva a consumir duas vezes mais energia do que o cérebro de um adulto.

O ambiente em que a criança vive, influencia no seu desenvolvimento, pois se ele for rico e diversos irá estimular os seus sentidos e o seu aspecto emocional. Segundo Stringueto (1999, p. 99),

Tudo que a criança vê, ouve, sente, cheira e come vai estimular esculpir áreas no cérebro que serão úteis na sua vida futura. Oferecer a criança jogos, livros, música, levá-la ao teatro e incentivá-la em atividades esportivas também contribuem para que as aptidões aflorem.

Para o autor (1999), o ponto fundamental de todo estímulo é o interesse da criança, pois a estimulação sem uma intencionalidade não leva a nada. É preciso relacioná-la ao prazer, à satisfação e à felicidade da criança. Os pais devem estar atentos aos exageros durante o processo de estimulação; eles não devem sobrecarregar a criança com tarefas, aulas e horários que podem fazer com que ela se estresse e perca o interesse pelo conhecimento.

O desenvolvimento das crianças deve acontecer de forma equilibrada, pois os estímulos são importantes, mas é preciso que a criança tenha tempo livre para brincar sozinha, para fantasiar e resolver os seus pequenos dilemas. Brincar e aprender são atividades inseparáveis, sendo os brinquedos peças fundamentais para o desenvolvimento infantil. Os primeiros anos de vida são a fase em que a criança assimila melhor os estímulos do meio que a cerca, de acordo com as necessidades inerentes a sua idade. É capaz de executar movimentos de apreensão que lhe facilitam a capacidade de escrever ou manipular objetos e instrumentos.

Os aspectos sociais, as crenças e os costumes do grupo social no qual a criança está inserida influem bastante no seu desenvolvimento. Uma criança que fica somente dentro de um berço, sem a visão externa àquele espaço terá um desenvolvimento bem diferente daquela que é carregada no colo ou colocada no chão para que tenha acesso às informações e estímulos do que se passa ao seu redor. Atuando e interagindo de formas diversas com o ambiente e com as pessoas, a criança desenvolverá funções e habilidades diferentes. “As primeiras experiências da vida são tão importantes que podem mudar por completo a maneira como as pessoas se desenvolvem”. (RADESPIEL, 1996, p. 5)

Este pensamento também se refere à sexualidade, pois para o desenvolvimento da criança, o aspecto sexual não pode ser esquecido. A sexualidade precisa ser valorizada e bem trabalhada para que não cause traumas e temores, para que possam influenciar para sempre a vida das pessoas. Os adultos classificam alguns aspectos do desenvolvimento como normal, e outros, nem tanto assim.

Quando as crianças estão na fase dos jogos de “mostrar” o corpo uma para a outra, a interferência negativa pode considerar anormal tal curiosidade e, por consequência, ocasionar bloqueios nesta característica da infância.

A sexualidade no desenvolvimento e no psiquismo das pessoas não depende da potencialidade reprodutiva, pois sua relação se dá com o prazer, uma necessidade fundamental dos seres humanos e que está presente desde o momento do seu nascimento e que, também, se manifesta de forma diferente durante as diversas etapas da vida do indivíduo, embora ela também esteja sujeita à construção social dos seres humanos, através de regras que constituem parâmetros fundamentais para o comportamento sexual dos indivíduos.

Desde cedo, durante o desenvolvimento da sexualidade infantil, a interferência cultural se manifesta através da reação dos adultos diante dos movimentos exploratórios que as crianças fazem de seu corpo. Elas esquecem e ignoram a

presença dos adultos já que, para elas, a relação com o prazer se manifesta de forma diferente.

A reação dos adultos lhes oferece parâmetros sobre o modo de lidar com o prazer, influenciando seu comportamento atual e a composição de sua vida psíquica.

Entendo como Foucault nos ensina, que o corpo é o lugar por excelência dos investimentos do poder. Se hoje somos mais conscientes dos nossos corpos é porque, ao longo dos séculos, especialmente a partir do século XVIII, as instituições e os discursos debruçaram-se intensamente sobre os corpos, de modo especial sobre os corpos infantis e juvenis. (PACHECO, 1998: p. 112).

A sexualidade é entendida como algo inerente ao ser humano, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da sua vida. O ser humano demora um certo período de tempo para atingir o completo desenvolvimento e, assim, chegar à maturidade.

3.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA SEXUALIDADE INFANTIL POSITIVA

De acordo com Suplicy (2000), a sexualidade é uma dimensão natural do ser humano, mas por causa de tabus e preconceitos o que muitas vezes se transmite ao longo do tempo, pode gerar incompreensão, medos, angústias e incertezas que irão influenciar o indivíduo por toda a sua vida. Trabalhar a educação sexual e saber conduzir a sexualidade do aluno de forma saudável e natural pode ser a base para a sua felicidade, já que está se manifesta desde o nascimento e vai sendo construída ao longo da sua existência.

O contato com a sensação de prazer já está presente quando o feto chupa o seu dedo, ou quando, depois de nascido o bebê suga o seio de sua mãe, ou até mesmo quando crianças de 2 ou 3 anos manipulam seus órgãos genitais, além disso, ela pode encontrar satisfação no contato físico com os amiguinhos, em brincadeiras em que a diferenciação entre os sexos ainda não é relevante, o que vai acontecer mais frequentemente na puberdade. Assim as crianças

amadurecem naturalmente a sua sexualidade, sem que os adultos não resolvam apressar os passos com certos estímulos, como carinhos, que nem sempre são adequados.

Segundo Tocus (1986, p.21), “Freud foi o primeiro a chamar nossa atenção para a sexualidade das crianças”. A necessidade de ser tocada, acariciada e abraçada é fundamental para a criança e persiste por toda a sua vida, por isso a sexualidade precisa ser tratada com respeito, pois a exposição exagerada ao erotismo perturba a criança como pode acontecer quando ela é incentivada a executar certos movimentos das danças que estão na moda, por exemplo. Ao valorizar o exibicionismo da sexualidade infantil, os adultos, mesmo que inconscientemente, estarão reforçando que esta é a atitude sexual esperada e desejável para as pessoas.

Se os pais perceberem que a criança está muito atraída pelo erotismo presente nas atitudes, gestos e posturas de algum ídolo, uma forma de não estimular essa atração é conversar com os filhos sobre sexo. Deve-se então aproveitar a oportunidade para perguntar a criança por que ela gosta tanto do que está fazendo e, a partir daí, tentar explorar seus sentimentos, pois quando repete o “rebolado” que viu ou algo que ouviu, não significa que a criança compreende de fato o que está dizendo ou fazendo. Ficar incentivando atitudes que fogem à sua compreensão só vai deixá-la confusa.

De acordo com Suplicy (2000), é preciso incentivar as brincadeiras sadias que desenvolvam a criatividade, incentivem a leitura, além de estimular as crianças a assistirem a programas exibidos em canais educativos, brincar com elas ao ar livre, utilizar jogos que estimulem a cooperação e participação coletiva. É assim que a criança dará o salto que leva ao crescimento emocional.

É preciso tomar cuidado com as advertências feitas sobre a natureza humana sem sensibilidade e compreensão, pois estas podem causar traumas e conflitos na sexualidade do indivíduo na fase adulta. O trabalho de orientação sexual deve sempre iniciar pela educação do professor, fazendo reciclagem através de cursos, seminários e leituras. Os conteúdos da educação sexual devem estar sempre relacionados com a faixa etária dos alunos, tendo como

objetivo fazer com que as crianças saibam tomar decisões adequadas ao lidarem com conteúdos emocionais ligados à sua sexualidade.

Suplicy (2000) orienta que a educação sexual deva ser iniciada pelos pais, aproveitando a oportunidade em que a criança venha perguntar-lhes algo a respeito de temas relacionados à sexualidade, para responder a tais questionamentos com naturalidade e sempre preservando a verdade. Não será uma instrução completa, apenas responderá a curiosidade que ela tem no momento. Segundo a Teologia Moral “A sexualidade é um dom que se transforma em tarefa por toda a vida”. (AGOSTINI, 2000: p. 26). Baseado nesta afirmação, o autor defende a ideia de que não se pode fugir dela, pois será uma “coluna mestra” na existência de um indivíduo, sendo necessário então saber conviver com a sexualidade de maneira integrada e equilibrada.

Os conceitos sobre sexualidade infantil foram formulados no começo deste século e ainda hoje não são conhecidos ou aceitos por parte dos professores. Alguns acreditam que as crianças não têm consciência sobre a sua sexualidade quando externalizam suas curiosidades, e quando se manifestam, fazem isto por influência de adultos, sendo esta manifestação considerada pecaminosa. Mas tem grupos de professores que procuram se atualizar e que reconhecem a importância da sexualidade para o desenvolvimento das crianças.

O professor precisa ter acesso à formação específica e científica para tratar da sexualidade, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente, e que conheça as diferentes abordagens deste tema. É preciso que exista um trabalho de orientação sexual nas escolas para que as crianças construam sua sexualidade e tirem suas dúvidas, podendo também expressar seus sentimentos para saber dizer sim ou não. A auto-estima é outro fator que incentiva a criança a gostar do seu corpo e aceitar-se, por meio da busca de harmonia entre o corpo e mente.

Conforme Suplicy (2000), a comunicação também é muito importante, pois é preciso relacionar-se com os outros e estar consciente de seus direitos e deveres, respeitando as questões éticas. É preciso orientar as crianças para

que elas construam o seu próprio conceito de sexualidade, considerando o fato de que o ato sexual envolve o carinho, a fantasia, o afeto e a comunicação, incentivando, assim, a criança a lidar com a sua sexualidade sem preconceitos, através do conhecimento e da reflexão.

3.5 FAMÍLIA E EDUCAÇÃO SEXUAL

Educação Sexual é um processo que aprendemos sobre sexualidade ao longo da vida através da família e o meio em que vivemos. Segundo Suplicy (2000), o preconceito em relação ao sexo atua dentro da própria casa da criança. Enquanto para menino o sexo é exterior e manifesto, para a menina ele é escondido, não está acessível à inspeção imediata. O resultado é previsível: o sexo do menino é plenamente aceito no meio ambiente familiar, tem nome definido (pintinho, piu-piu, entre outros) e logo que possível ensinam ao menino a segurá-lo na mão para urinar. Os pais também se preocupam com ele, reparam seu tamanho, se os testículos estão no lugar.

Com a menina acontece ao contrário, pois não sendo imediatamente visível se fala apenas de modo vago. Funcionalmente a menina percebe que possuiu um orifício para defecar e o outro para urinar, não se diferenciando do menino. Nada a leva a suspeitar que tenha outro orifício sexual, porque na linguagem familiar não há modo ou maneira de fazer sentir sua presença. É indispensável que desde cedo todas as crianças da família saibam que às meninas possuem, entre o orifício de fazer “cocô e pipi”, um terceiro orifício muito importante, tornando-se necessário dar-lhe um nome preciso e concreto.

Conforme Suplicy (2000), alguns sexólogos aconselham que devemos usar o nome próprio da anatomia: vulva e vagina. Pode-se dizer que isso depende dos costumes familiares. O que importa é que tanto para menino quanto para menina haja um nome próprio que não dê margem à confusão. À medida que a criança cresce vai explorando naturalmente o seu corpo: põe o dedo na boca, toca os dentes, os pés, o nariz e também as partes sexuais. O bebê começa a tocar-se tão logo é tirada a sua fralda. Trata-se de uma exploração natural e

não viciosa como creem a família de mentalidade generalizada e dada a repressões bruscas. Se a criança ainda for lactente tiram-lhe a mãozinha com certa rigidez. Se for maior, dirigem-lhe repressões dizendo que “não faça porcarias” ou “isso não se toca”, ou mesmo se a criança insiste, ameaçam dar-lhe umas palmadas; isso é considerado um tipo de educação sexual completamente negativa.

As crianças são ensinadas que a sua genitália é suja, a qual é vergonhoso tocar, e sobre a qual os adultos exercem severa vigilância. Para Suplicy (2000), começa assim a ideia de que sexo é pecado, é imperfeição, é algo mau. A conduta positiva é muito mais eficaz e a única maneira correta para lidar com tais atitudes. Se o contato for momentâneo e passageiro, nada se diga, se for prolongado, é aconselhável que explique à criança as implicações deste contato, porque isto pode ser indicio de perguntas que a criança gostaria de formular, mas não tem coragem ou mesmo maturidade suficiente. Nem sempre, porém a manipulação dos órgãos genitais é puramente casual. Em muitas ocasiões a criança se toca para ter prazer.

Hoje, não se faz mais necessário tratar do assunto com tabu, já que a mídia o transforma em mercadoria de fácil consumo. Conforme a autora citada, é de grande importância que a sexualidade seja tratada com naturalidade, mas de maneira séria e real. A criança está exposta direta ou indiretamente aos mais diversos estímulos relacionados à sexualidade diariamente, seja diante da televisão, seja por outros meios de comunicação que trazem informações incorretas e valores distorcidos. Com base nas quantidades de informações, percebe-se que seria muito importante que os pais e os familiares estivessem preparados para discutir o que é veiculado nos meios de comunicação. Portanto, é preciso ter um bom diálogo para permitir que seus filhos possam fazer sua própria escolha, uma maneira agradável de viver no fato de ser homem ou mulher.

De acordo com Nunes (2000), a sexualidade é algo muito bom, e quando ela é entendida converte-se em maravilhoso progresso, mas se ela não for bem trabalhada pode se tornar um problema maior, pois o silêncio pode transformar-se em trauma. Uma família que não demonstra afeto, que não se toca, que não

dá atenção às inquietações da criança, que reage agressivamente a toda cena sexual que aparece na TV, está ensinando que sexo é feio, sujo e proibido. Já uma família que trata a sexualidade de forma mais positiva transmitirá esse valor aos filhos. A partir daquilo que a família provê, de sua carga genética e da sociedade na qual convive, a pessoa vai fazendo suas experiências e escolhas (SUPLICY *et al*, 2000, p. 08).

O tipo de família que não demonstra afeto, carinho a uma criança, que a tira de frente da TV quando esta exhibe qualquer cena de sexo, ou quando aborda o tema, já faz com que muitos questionamentos surjam em sua mente, já que o assunto em casa é tratado com tabu. Por isso muitas crianças questionam, levam perguntas para dentro da sala de aula, para colegas ou tentam descobrir por elas mesma, na rua.

Às vezes os pais têm até vontade de orientar seus filhos corretamente, mas eles são resultado de uma cultura que não lhes deu muita liberdade e, por isso, não conseguem ter um diálogo aberto e, conseqüentemente, acabam gerando sentimentos de repressão, deixando muitas dúvida e, estabelecendo a ideia de que sexo é pecado e feio, o que termina por ocasionar vários problemas. Já as famílias que tratam a sexualidade com naturalidade têm mais condições de expor e dialogar as questões feitas por seus filhos.

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, escutar, responder, concordar, etc. Neste diálogo, o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal. (BAKHTIN, 1992: p. 112).

Através da relação com os pais, o ser humano adquire a capacidade amorosa e erótica que amadurecera no decorrer da vida. Essa experiência é insubstituível. Uma mãe que permite a proximidade física com seu bebê possibilitará o desenvolvimento da sua capacidade de ter prazer físico e intimidade afetiva com outro ser humano (SUPLICY *et al*, 2000, p.08).

As relações entre pais e filho devem ser dialogadas. Segundo Suplicy *et al* (2000) tudo aquilo que se faz como aquilo que se omite fará parte do modelo

que a criança assimilará e, isso lhe dará uma visão particular sobre educação sexual. Perguntas respondidas ou ignoradas, carinhos dados ou rejeitados de pai e mãe entre si ou com seus filhos serão elementos com os quais a criança conta para elaborar sua vida.

Conforme Suplicy (1999), a sexualidade deverá ser trabalhada em todos as fases de desenvolvimento da vida da criança, de forma natural. A criança tem muita curiosidade em saber coisas sobre sexo, e quando não há uma satisfação acabam surgindo muitos bloqueios, podendo influenciar em seu desenvolvimento psíquico e social. A criança aprende muito observando, observa mais que pergunta, o meio em que ela vive vai influenciar nesse desenvolvimento, como a convivência com seus pais, a mídia, entre outros.

Para Suplicy (1999), a escola não tem capacidade se substituir a educação sexual, que deveria começar no lar desde o momento que a criança nasce. A família é a estrutura para uma educação melhor, portanto, a escola deve dar continuidade a educação a partir dos ensinamentos que a criança trás de casa, se aprofundando ou esclarecendo informações mal transmitidas, dando as essas crianças uma visão mais positiva da sexualidade.

3.6 A VALORIZAÇÃO DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO SEXUAL

O aspecto afetivo-emocional precisa ser valorizado, pois ele é a base para que a criança seja um adulto equilibrado, realizado e o seu desenvolvimento depende da segurança que esta encontra ao seu redor.

De acordo com Suplicy (1999), quando a criança cresce em um clima de afetividade e compreensão, ela se sente segura e, até mesmo nas horas em que é preciso dizer não, isto não se torna um drama para ela. A família exerce influência sobre a criança já que se caracteriza como responsável pelas ligações emocionais e pela transformação de padrões de comportamento, de posições e de papéis que ela assume frente à sociedade.

A criança que encontra afetividade em sua família, quando na escola consegue estabelecer relações significativas e adquirir noções de autonomia e iniciativa. Com seis anos, ela já pode assumir tarefas específicas e responsabilidade de si mesma, e do que está englobado no seu mundo, como o seu corpo, os seus brinquedos, os seus animais e os seus irmãos. Essa responsabilidade e autonomia podem ter como base uma forma específica de afetividade que é o colo. Em todas as idades ele é bem vindo, mas é preciso conhecer o código usado em cada uma delas. E ainda, é preciso lembrar que dar colo não é só o ato de pegar a criança do berço ou do chão, é necessário, também, demonstrar afeto e disponibilidade.

Quando segura o bebê no colo, a mãe tenta descobrir o que ela está precisando naquele momento, caso contrário, a criança que não tem colo pode desenvolver doenças resultantes dessa falta de atenção e carinho. Algumas reagem de forma diferente, isolando-se e fugindo da realidade, criando um próprio mundo e não permitindo o seu relacionamento com outras crianças.

Quando pequenas, as crianças pedem colo esperando ganhar amor, disponibilidade e atenção por parte dos pais, mas estes não se dão conta que, muitas vezes, a criança cresceu e agora já é um adolescente, que tem suas próprias ideias e desejos de independência. Apesar disso, em diversos momentos a criança pode pedir colo aos pais, não de forma explícita, por isso é preciso estar atento para entender que ela quer carinho, afeto e conselhos.

Ressalta Suplicy (1999) que apesar desta necessidade de afeto, nem sempre o contato físico com os pais é bem aceito, pelo contrário, pode até ser rejeitado. Os pais, então, podem achar que seus filhos são frios e não demonstram afetividade, mas na verdade, o que acontece é que os adolescentes ficam constrangidos com toques diretos, por estarem vivendo no meio de uma revolução hormonal em que qualquer toque pode despertar sua sexualidade. Nessa fase é difícil dar colo aos filhos, o melhor mesmo é apoiar e respeitar a sua individualidade.

A necessidade do colo continua na vida adulta e busca-se o colo dos amigos ou da pessoa amada. Mas muitos problemas amorosos surgem porque um dos

parceiros precisa de colo e o outro não percebe. Algumas pessoas têm dificuldade em dar colo e isso está ligado ao fato de não terem recebido colo em sua vida, ou quando receberam foram cobradas por este ato em outra oportunidade. Pessoas possessivas, invejosas ou que não sabem conviver com suas frustrações dificilmente vão dar colo, pois para isto é preciso saber usar sentimentos muito nobres como o perdão e a gratidão.

E ainda, como Suplicy (2000) argumenta, o professor precisa estar atento à necessidade da criança, já que o colo é tão importante na vida do ser humano, e ela, provavelmente, vai dar sinais de que está precisando de um “colinho”, para se sentir segura e protegida durante o período que está longe de seus pais. Outra forma de demonstrar afeto para as crianças é brincar com elas, mas isso não é tarefa fácil para a maioria das famílias, pois elas enfrentam uma vida corrida para dar conta da própria sobrevivência. Na verdade, o que a criança quer é atenção dos pais, que eles se envolvam na brincadeira, e isso lhes demanda disposição, interesse e bom humor.

Ainda como a autora acima citada, para fugir dessa falta de tempo, muitas mães utilizam a estratégia de brincar um pouco com seu filho e depois ele a ajuda nas tarefas domésticas, abrindo mão de certas regras e procurando fazer de qualquer tarefa uma brincadeira. Dessa forma, o brincar não vira obrigações e os pais podem tirar algum prazer ou benefício de uma relação lúdica com os filhos.

Os pais precisam ter em mente que a infância passa muito depressa e que os filhos vão crescer. Para ter boas recordações do tempo que passaram com a criança eles precisam avaliar e organizar sua vida, para que sobre mais tempo para dar atenção aos filhos. Agindo dessa maneira os pais não se sentirão culpados quando a criança crescer e seguir sua vida, pelo contrário, sentirão satisfação por terem feito o melhor que puderam para uma convivência carinhosa e afetuosa em família.

Segundo Freud (1972), a sucção do seio materno é um dos alicerces de sua teoria da sexualidade, pois é a partir da amamentação que começamos a desenvolver nossa capacidade de troca afetiva e entrega. Esses fatores irão

influenciar no modo como nós seremos capazes de nos entregar a uma amizade, a um relacionamento amoroso ou sexual no futuro.

3.7 MATERIAL, MÉTODO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos nos questionários foram tabulados e apresentados em quadros. Nos quadros procuraremos manter a mesma estrutura dos questionários, acrescentando apenas uma coluna explicativa dos percentuais obtidos a cada pergunta.

A análise dos dados foi feita utilizando os percentuais obtidos a cada pergunta do questionário. Além disso, procuramos interpretá-los lançando um vínculo estreito com os aspectos que consideramos relevantes na fundamentação teórica.

Em toda a interpretação dos dados, procuramos não privilegiar os aspectos qualitativos, mas quantitativos, pois nossa intenção foi sempre estabelecer uma relação entre ambos, com o objetivo de melhor compreender um fenômeno presente na escola formal: A Educação Sexual.

A Educação Sexual processa-se por toda vida. A cada dia aprendemos algo novo, diferente, ou há o reforço do que já sabemos. Como já foi comentado anteriormente, a questão da educação Sexual está ligada a fatores histórico-culturais, e sendo cultural e histórico ela recebe influência de cada momento vivido, pois nossa sociedade, em seu dinamismo, vai assumindo novos valores, tendo novas visões do homem e do mundo. Esses aspectos vão refletir na família. A educação ocorre para todos os seus membros quando as atitudes de carinho, de compreensão, de incompreensão ou até mesmo de agressividade são demonstradas; quando há a amamentação do bebê, a troca de fraldas, ou quando falam ou não sobre sexo.

Através dos questionamentos, em anexo, feitos nos itens um, dois, três e quatro, para pais e crianças que estão frequentando as series iniciais, foi

possível identificar o padrão sócio, econômico e cultural em que se encontra a nossa clientela. Sendo que, 50% dos pais estão na faixa etária entre trinta e trinta e nove anos, e os outros 50% ficam divididos 30% para pais entre vinte e vinte e nove anos e 20% para pais entre quarenta e quarenta e nove anos.

A maioria, 70%, possui somente o 1º grau completo e, 5% o nível superior; todavia, 76% confirmam ter um bom nível econômico, e 3% dizem ter ótima situação econômica.

A grande maioria, 56% pertencem a religião católica, ficando um percentual bastante representativo para as demais religiões, sendo que a mais mencionada foi a evangélica, com 30%.

No item cinco, somente 57% dos filhos fizeram perguntas sobre sexo, o que é bastante preocupante, pois todos os seres humanos têm curiosidade desde bem pequenos sobre a sexualidade em âmbito geral. Os outros 43% afirmam que seus filhos nunca fazem este tipo de indagações, o que reforça a preocupação.

A repressão sexual é interiorizada pela consciência individual, de acordo com os procedimentos sociais, e quando no item seis 46% dos pais afirmam que não respondem com naturalidade às perguntas de seus filhos, isso só faz com que vá se formando um clima de proibição o qual inibe o indivíduo a fazer novos questionamentos.

A questão sete vem reforçar ainda mais o ponto de vista da necessidade da inserção da Educação Sexual nas séries iniciais, quando somente 46% dos pais falam naturalmente com seus filhos e 54% conversam apenas superficialmente, ou não falam, por faltar mais informações; ou ainda, porque creem que é com a vida que se deve aprender os assuntos sexuais.

A oitava questão, de múltipla escolha, revela que a representatividade maior fica com os 40% dos pais que afirmam que tudo o que aprenderem sobre sexo foi com os amigos e, 38% através das próprias experiências; assim no item nove, 84% gostariam de ter obtido mais informações por vários motivos, dentre

eles, se tivessem obtido melhores esclarecimentos, não teriam hoje tantos preconceitos, e poderiam conversar mais abertamente com seus filhos; acreditam que na rua, com os amigos, não se aprende corretamente.

No item dez, surpreendentemente, 81% dos pais afirmam que consideram a escola como o lugar ideal para se proporcionar aulas de Educação Sexual, argumentando que os alunos poderiam conhecer melhor o corpo, prevenir-se contra doenças, principalmente a AIDS, e prepararem-se melhor para uma vida adulta sadia. Dessa forma, questionamos os pais no item onze, sobre qual a idade certa para iniciar as aulas de Educação Sexual nas escolas, e observamos um percentual bastante variado, sendo que 35% fizeram suas opções entre dez e doze anos; 33% entre doze e quinze anos, e 19% apenas, acreditam na necessidade da Educação Sexual ser inserida nas escolas a partir dos seis anos de idade. Bem se vê através destes dados, que há muito ainda para se fazer se desejamos realmente um dia ter em nossas escolas Educação Sexual como disciplina do currículo escolar.

A sexualidade é essencialmente humana, não podemos compreendê-la de forma puramente biológica ou animal. Ela faz parte da essência humana, e sendo assim, a criança desde os primeiros meses interessa-se pelo seu corpo, "brincando" com suas mãos, pés, colocando objetos na boca e tocando em seus órgãos genitais. Ela vai crescendo, descobrindo o seu corpo, inteirando-se ao seu ambiente social. Dessa forma, analisando as opiniões, dos questionamentos do anexo II, observamos na primeira questão que 95% dos educandos gostam de falar sobre sexo.

O homem é um ser sexuado, e nada mais natural do que gostar de falar algo que faz parte de sua existência. O assunto retém o interesse de 97% da clientela entrevistada no item dois.

Os alunos gostam de dialogar, acham o assunto interessante, todavia 57% não fazem questionamentos e, segundo os educandos, 72% dos pais não respondem naturalmente, o que é observável nas questões três e quatro.

Há necessidade de debater sobre o sexo, o assunto é interessante, mas dialogar com quem? Com os pais? Como vimos, nem todos respondem naturalmente, talvez porque não possuam um referencial bibliográfico de apoio ou porque não tiveram oportunidades de esclarecimentos para encarar a sexualidade como uma energia psíquica natural em todos os homens.

Não queremos com isso dizer que é através da Educação Sexual que resolveremos todos os problemas sexuais existentes, mas que ela pode proporcionar uma maior conscientização aos participantes.

Conhecer melhor o corpo é o que 94% dos jovens questionados no item cinco almejam. No item seis, 92% querem mais informações sobre sexo. Ao indagarmos o porquê, eles relatam que principalmente na adolescência ocorrem inúmeras mudanças, transformações, questionamentos e há falta de informações, pois, na maioria das vezes não encontram respostas para suas dúvidas. Apenas um diz não precisar de mais informações, pois seus pais são francos e abertos em relação ao sexo.

No item sete, 92% gostariam de ter aulas para falar de sexo na escola, e os motivos relatados são basicamente os já citados anteriormente.

Na oitava questão, o professor obteve 51% das preferências para falar sobre sexo, seguido pelo palestrante com 30% das opções. Ficando o orientador com 13%, e o diretor com o percentual bastante baixo de 6%.

No último item, os alunos afirmam que desejam receber informações sobre todos os assuntos mencionados, sendo que, a virgindade e o homossexualidade são os temas sobre os quais eles mais se interessam, com soma total de 75% de escolha.

Devemos lembrar que a sexualidade não é nem a única e nem a mais importante característica da vida humana, mas é de suma importância na formação de uma personalidade equilibrada e sadia.

A sexualidade está e sempre presente na vida de todos os homens, e com o passar dos tempos foram criadas "fórmulas de comportamentos" ditadas pela

sociedade. A escola é parte integrante da sociedade; nela estão inseridos seres sexuados que exprimem sua sexualidade de diversas formas, através de atitudes e comportamentos.

O que foi possível constatar no questionamento do anexo III, na pergunta número um em que 84% dos professores já foram indagados sobre sexo. Com os outros 16% restantes, que não foram questionados, possivelmente os alunos não encontrem uma abertura para fazer tais indagações.

No segundo item, os professores que falam de sexo já abordaram todos os assuntos mencionados, dentre eles, a homossexualidade, AIDS e virgindade. Esses são os temas mais discutidos, com a soma de 64% do total de escolha.

O item três revela que 60% dos professores não fizeram cursos de Educação Sexual. Na questão quatro, dos 60% que não fizeram cursos, 50% desejam fazê-lo porque almejam estar mais preparados para um diálogo seguro, em que possa haver a constrição do conhecimento, o respeito pelas opiniões, individualidades e dignidade das pessoas. Outros afirmam que os alunos estão nulos de informações corretas, e que por esse motivo ocorrem muitas barbáries.

No item cinco, todos consideram importante que hajam aulas de Educação Sexual, para que não mais ocorram certos comportamentos e atitudes errôneas das crianças e adolescentes. Todos também são unânimes em afirmar no item seis que deveria haver um professor específico para ministrar aulas sobre sexo nas escolas, pois facilitaria mais o diálogo.

Um educador faz o depoimento dizendo ser necessário levar as conversas dos corredores e banheiros das escolas para dentro das salas de aula, mas para tanto, considera fundamental um professor específico, pois este estaria mais habilitado e mais apto à comunicação com os discentes.

No item seis, todos afirmam que nunca discutiram o assunto em reunião de pais e também são unânimes em aceitar e querer em sua escola a Educação Sexual como disciplina do currículo. É o que respondem na oitava questão, e

justificam dizendo que está e a única maneira de levar as informações corretas para todas as crianças e adolescentes.

Quanto à última resposta, apenas 10% responderam talvez estarem dispostas a abraçar essa luta, enquanto 90% dizem sim, com muita convicção e entusiasmo, o que fortalece mais o esforço da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS²⁴

A educação sexual entendida como um conteúdo transversal trabalhado de forma interdisciplinar deve ser pensada como temática integrante do Projeto Político Pedagógico das escolas e dos sistemas de ensino.

Do Projeto Político Pedagógico fazem parte todos os segmentos da comunidade escolar: direção, apoio administrativo, especialistas educacionais, serviços gerais, professores, pais e alunos. Estes, reunidos, debatem, explicitam e deliberam sobre a filosofia, os objetivos, a função social da escola e de cada um dos seus segmentos.

A história vem mostrando que tanto a família quanto a escola tem-se mantido mudas/caladas e omissas no que se refere à educação sexual. Por vezes ficam num jogo de encargos e responsabilidades no qual uma instituição atribui a outra a função de educar sexualmente. (AQUINO, 1997: p. 78).

Também por não perceberem a sexualidade como um processo, ou para buscar respostas (receitas) a 'problemas' específicos (quase sempre atrelados à uma visão preconceituosa/senso comum) ou por temor às doenças sexualmente transmissíveis (incluindo-se a AIDS) e a gravidez indesejada na adolescência apenas promovem 'palestras' com profissionais alheios à sua realidade, e quase sempre alguém da área médica.

²⁴ Esta é a parte final da pesquisa. Para Cervo, Bervian e da Silva (2007), nesta seção, o autor deverá realizar uma síntese dos elementos constantes no texto do trabalho, unindo ideias e fechando as questões apresentadas na introdução do trabalho. Deverá responder se a pesquisa resolveu o problema, inicialmente proposto, se ampliou a compreensão sobre o mesmo ou se foram descobertos outros problemas. O autor deverá esclarecer, também, se as hipóteses levantadas, no início, foram confirmadas ou refutadas, se os objetivos gerais e específicos foram alcançados, se a metodologia utilizada foi suficiente para realizar os procedimentos, se a bibliografia correspondeu às expectativas, além de demonstrar, também, sua posição diante do tema, após ler, analisar, comparar e sintetizar diferentes autores a respeito do mesmo. Aqui, também é possível dar sugestões e recomendações de como lidar com o problema estudado (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007).

Quando se trabalha com educadores, frequentemente estes apontam os pais como um dos maiores empecilhos para se abordar a sexualidade na escola. Aqui é preciso analisar dois aspectos que subjazem a esta realidade: por um lado as unidades escolares não desenvolvem seu plano político pedagógico com a efetiva participação da comunidade. Esta, por sua vez, desconhece os princípios e metodologias utilizados pela escola em que matriculam seus filhos.

Em função desse fato muitas escolas pensam ser necessário um pedido de autorização dos pais para que possam iniciar um trabalho com o tema. Isto revela o quão equivocados estão os educadores acerca do assunto: primeiro porque educação sexual não é um tema que deva ser trabalhado isoladamente numa disciplina da grade curricular e, tampouco, num momento determinado, específico, fechado. Segundo, porque indica um desconhecimento da função social da escola, que é a produção e a socialização do conhecimento científico. (CARDOSO, 1992: p. 23).

Com tal pressuposto não se nega a participação dos pais no processo de escolarização, mas daí a delegar a estes a decisão sobre os temas trabalhados na escola é prescindir da profissionalização dos educadores, do mesmo modo que negar o acesso destes conhecimentos aos educandos é expropriar-lhes um direito fundamental.

Um segundo aspecto, por trás desta realidade, é a incompetência técnica da maioria dos educadores para lidar com a temática. Despreparo oriundo dos cursos de formação, que muito raramente tratam o tema com a devida importância. Isso tem permitido que a deseducação da qual foram "vítimas" se perpetue e, assim, "usam" os pais como desculpa apropriada para o "não trabalho". (WALLON, 1981: p.44).

Propõe-se que a escola se organize formando grupos de estudos, com educadores de todas as áreas para trabalhar o tema com a seriedade e a cientificidade necessárias, bem como promover reuniões com os pais no sentido de que estas sejam pedagógicas, e para a revisão/superação de sua própria educação, de sua concepção sobre a educação sexual.

A sexualidade é uma das dimensões fundamentais da existência humana. Não podemos ver um indivíduo ou uma cultura que não exprima a sua sexualidade. Dessa forma foi possível observarmos através de pesquisa bibliográfica e de entrevista feita com pais, alunos e professores, que é urgente e necessário a inserção da Educação Sexual nas séries iniciais da rede Estadual de Ensino. As entrevistas foram concentradas nas seguintes instituições: EEEFM “Arlindo Ferreira Lopes” situada no município de Serra/ES e EEEFM “Almirante Barroso” em Vitória/ES, onde foram entrevistados 50 pais, 4 professores e 70 alunos.

Analisando os dados coletados, chegamos as seguintes conclusões: os pais acham importante que se dê Educação Sexual para as crianças. Nem todos orientam os filhos nas questões relacionadas com o sexo, por não terem coragem de falar sobre esse tema ou por não conseguirem falar com naturalidade sobre o assunto com eles.

Os pais confiam na escola para fazer o trabalho, mas a família não pode ficar alheia. Foi possível observarmos, nas entrevistas, que os pais querem dividir essa tarefa com a escola. A grande maioria acha que a família e a escola devem assumir essa tarefa juntas.

A ausência de uma fala natural sobre sexualidade, tanto para os pais, como para os professores, vai gerar a ansiedade de saber, que fará com que a criança busque respostas aos seus questionamentos em outras fontes, nem sempre as mais recomendáveis. Se a escola tratasse desses assuntos, os pais apoiariam, segundo o índice de pesquisa, dando assim carta branca para as escolas orientarem os seus filhos sobre Educação Sexual.

Os professores das escolas na qual a pesquisa foi realizada se acham mais em condições de dar uma Educação Sexual a seus alunos. O porquê não chegamos a nenhuma conclusão. Será talvez, porque os professores dessas escolas estejam mais preocupados com o conteúdo, esquecendo da formação integral? Ou, porque os educandos lidam muito mais com estes assuntos, já que há muitos pais que não falam com os filhos sobre isso? Assim, o professor

das escolas da rede pública têm que estar mais bem preparados e mais atualizados sobre esse assunto.

Na entrevista com os alunos, constatamos que existe, sim, um interesse e uma curiosidade e que eles querem falar mais sobre sexo com os professores, talvez porque os pais já não dão abertura em casa.

Os assuntos relacionados ao sexo, que eles gostariam que fosse tratado na escola, são os mais variados porém, o que eles querem mesmo saber é o "certo", e muitas vezes os pais não têm condições de dar uma educação correta em seu sentido mais profundo, já que Educação Sexual não é uma mera questão técnica, mas sim, uma questão social, estrutural e histórica.

Hoje, mais do que nunca, há necessidade de uma Educação Sexual revolucionária. Temos que fazer uma crítica aos modelos tradicionais impostos pela educação formal para poder fazer frente à comercialização e objetualização do sexo e do corpo, junto à desagregação do afeto e dos desejos feitos pela massificação da sociedade contemporânea.

Apesar de os meios de comunicação de massa fazerem um exibicionismo diário da sexualidade humana, de os adolescentes terem acesso à pornografia, até mesmo estampadas constantemente nas paredes e portas de banheiros e de muros em seu ambiente, o assunto não é discutido com os alunos, nem tão pouco com os pais.

A escola deve preparar o educando para a vida, sendo que a Educação Sexual ocorre desde que a criança nasce e, mesmo quando houver omissão, ocorrerá educação, pois algo é transmitido: "O silêncio".

A proposta que deixamos aqui, então, é de que a escola parta para a elaboração de um Projeto de Educação Sexual. Uma Educação Sexual efetivamente comprometida com a vida e, portanto preocupada em dialogar com os aprendizes partindo do que já concebem sobre o sexo: as sensações, as noções preconcebidas sobre o ato sexual, os diferentes "nomes / apelidos" ofertados a genitália e ao aparelho reprodutor, as diferentes dúvidas sobre o

corpo e suas mudanças, os medos de se abrir ao tema, as diferenças sexuais, às opções individuais etc. Desse modo, a voz dos aprendizes precisam ser o ponto de partida e o ponto de chegada. Diferentes conhecimentos precisam ser problematizados e trazidos à tona, tais como: os conhecimentos produzidos pelo senso comum, o conhecimento religioso, o social, o psicológico, o biológico, o fisiológico e a ainda a ética e os discursos da mídia sobre o sexo e. Isto porque, não se pode negar que durante o processo escolar a sexualidade está presente sob diversos aspectos, não podemos deixar essa parte de lado, senão não estaremos formando o aluno integralmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AGOSTINI, N. **Teologia Moral: o que você precisa viver e saber**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

AQUINO, Julio G. (org.) **Sexualidade na escola: alternativas teóricas**. São Paulo: Summus, 1997.

ASMANN, H. **Reencantar a educação: ruma à sociedade aprendente**. 3. ed. Rio de Janeiro: vozes, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2000.

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo**. Rio de Janeiro: FENANE, 1972.

BAGNATO, Maria Helena Salgado. **A contribuição educativa dos programas de saúde na 5ª série do 1º grau**. 1987. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, SP.

BAKHTIN, M (V.N. Volochinov) **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lauch e Iara Frateschi Vieira. 6.ed. São Paulo: Editora Huritec 1992.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. [1979] Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROSO, Carmen. **Pesquisa sobre educação sexual e democracia**. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1980.

BERNARDI, M. **A educação sexual**. São Paulo: Summus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une theorie de la pratique**. Gêneze: Droz, 1972.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: **Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: **terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. (Coord.). **Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?** Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1981.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CABRAL, Juçara T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papyrus, 1995.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Claudia. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna; Campinas, S.P.: editora da UNICAMP, 1999.

CARDOSO, Fernando L. **O que é orientação sexual**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passes).

CASTRO, Lucia Rabello de. **Infância e adolescência na cultura do consumo**. Rio de Janeiro, RJ: NAU, 1998.

CHAUI, Marilena. **Repressão sexual essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHARBONNEAU, P. E. Maria, C. **Amor, sexo e segurança**. Rio grande do Sul: São Miguel, 1966.

CONTINI, Maria L. J., KOLLER, Sílvia H. & BARROS, Monalisa N. S. **Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

DIAS, V. R. C. S. **Evolução da identidade sexual**. In: . **Análise psicodramática: teoria da programação cenestésica**. São Paulo: Agora, 1994.

DUNLEY, Glaucia. Introdução. In: DUNLEY, Glaucia (Org.). **Sexualidade & Educação: um diálogo possível?**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

ERICKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade humana I. A vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade humana II. A vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade humana III. A vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A Mulher/Os Rapazes. Da história da sexualidade.** ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, F.; PEDROSA, C.; BRITO, W. e MELLO, L.. **Educação e Políticas Públicas para a População LGBT: Diálogos Possíveis?** In MELLO, L. (Org.) **Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar: Relatório de Pesquisa.** Goiânia: UFG, Faculdade de Ciências Sociais, SerTão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade. 2010.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1973.

GALVÃO, I. WALLON: **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo.** Petrópolis: Vozes, 1994.

GARCIA, Regina Leite; ALVES, Nilda. **Atravessando fronteiras e descobrindo (mais uma) vez) a complexidade do mundo.** In: ALVES, Nilda;

GARCIA, Regina Leite (Orgs.) et al. **O sentido da escola.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. **Educação sexual: uma proposta, um desafio.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GTPOS (Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual); ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS); ECOS (Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana). **Guia de Orientação sexual: diretrizes e metodologia.** Trad. e adaptação GTPOS, ABIA, ECOS. 8. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola: mito e realidade.** Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 1995.

INOUE, Ana Amélia; MIGLIORI, Regina de Fátima; D'AMBROSIO, Ubiratan. **Temas transversais e educação em valores humanos.** São Paulo: Peirópolis, 1999.

KAPLAN, Helen S. **A nova terapia do sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. 2 ed.

KEHL, Maria Rita. **Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 1981.

- KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Global, 1978.
- KUPSTAS, Márcia. **Comportamento sexual em debate**. São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polemica. Serie Debate na Escola).
- LAPATE, V. **Educando para a vida: Sexualidade e saúde**. São Paulo: Sttima, 1996.
- LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora?: Novas exigências educacionais e profissão docente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- LIMA, Delcio. **Comportamento sexual do brasileiro**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LINN, Susan. **Crianças do consumo – a infância roubada**. São Paulo, SP: Instituto Alana, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARTINEZ, Amelia A. et al. **El adolescente cubano: una aproximacion al estudio de su personalidad**. Havana: Editorial Pueblo y Educacion, 1995.
- MASINI, Elcie A.S. e Moreira, Marco A. **Aprendizagem significativa: condições para ocorrência e lacunas que levam a comprometimentos**. São Paulo: Vetor Editora, 2008.
- MENDONÇA FILHO, João Batista de. Será possível o sexual? In: DUNLEY, Glaucia (Org.). **Sexualidade & educação: um diálogo possível?**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.
- MONTEIRO, Marialva, BATISTA, Lucinéia. **Trama do olhar: Cadernos da TV Escola**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação à Distância, 1998.
- MORAN, José Manuel. **Os Meios de Comunicação na Escola**. Série Ideias. 2010.
- NUNES, A César *et al.* **Educação Sexual da Criança**. Campinas-SP: Ed. Autores Associados, 2000.
- NUNES, C.; Silva, E. **As manifestações de sexualidade da criança**. São Paulo: Séc. XXI, 1997.
- NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e sua formação**: Lisboa-Portugal, Dom Quixote, 1997.
- ORTIZ, R. et alli. **Telenovela - história e produção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PACHECO, Elza Dias. **Televisão, criança, imaginário e educação**. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Papirus Educação).

PCN, **Parâmetros Curriculares Nacionais - Educação Física**, Brasília: MEC/SEF, 2013.

PEREIRA, Yara C. C. **Concepção da relação aprendizagem e desenvolvimento subjacente a prática dos professores em ensino de ciências nas séries iniciais do I Grau (1ª a 4ª séries)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: UFSC, 1996.

PILON, A. F. **Cultura e sexo: expressões do projeto de vida. Comunicação apresentada durante o "Programa Nacional de Treinamento em Educação da Sexualidade"**, promovido pelo MEC, Brasília (DF), 1987.

PINTO, Heloysa Dantas de Souza. **A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

PINTO, Enio Brito. **Orientação Sexual na Escola**. 2004. Disponível em: www.psicopedagogia.com.br/entrevistas/entrevista.asp?entrID=6. Acesso: 12 - 07 -2013.

RADESPIEL, M. **Alfabetização em Segredos: Atividades para o 2ª período**. Belo Horizonte: IEMAR, 1996.

RAPPAPORT, Clara. **Encarando a adolescência**. São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, M. (org.) **O prazer e o pensar**. V.2. São Paulo: Gente, 1999.

RIBEIRO, M. (org.) **Educação sexual: Novas Idéias Novas Conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos 1993.

RIBEIRO, Marcos. **Mamãe, como eu nasci?** Rio de Janeiro: Salamanda, 1991.

RIBEIRO, Claudia. **A fala da criança sobre sexualidade: o dito, o explícito e o oculto**. Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras; Campinas: Mercado das Letras, 1996. (Coleção Dimensões da Sexualidade).

ROCHA, Julia S. da. **Educação sexual na infância: uma área emergente**. (Monografia especialização em Ação Integrada dos Especialistas em Assuntos Educacionais). Florianópolis: FAEDA/DESC, 1994.

ROJTENBERG, Charles. **A educação sexual nas escolas: realidade ou utopia?**. 2003. Disponível em : www.sexologia.com.br/educacaoosexual1.htm acesso em 20 -09 -2012.

ROSEMBERG, Fulvia. **Educação sexual na escola**. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 53, p. 11-19, maio 1985.

_____ ; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. **Mulher e educação no Brasil: estado da arte e bibliografia**. Brasília: INEP/REDC, 1990.

SANTOS, Claudiene; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica**. São Paulo: Ômega, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Sexualidade humana: uma abordagem curricular com enfoque educativo**. v. 1. São Paulo: SE/CENP, 1984.

SAYÃO, Yara. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SAYÃO, Rosely. **Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola**. In AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SCHIAVO, Marcio Ruiz; SILVA, Maria do Carmo de Andrade. **Educação sexual: história, conceitos & metodologia**. In: SILVA, Maria do Carmo de Andrade; SERAPIÃO, Jorge José; JURBERG, Pedro. **Sexologia: interdisciplinaridade nos modelos clínicos, educacionais e na pesquisa**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, nº 16 (2), 1990.

Secretaria da Educação e Cultura da Educação Infantil. **Gerência de Currículos e Instrução**. Florianópolis: 1998.

Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SILVA, Ricardo de Castro. **Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

STOLLER, Rober. **Masculinidade e feminilidade: apresentação do gênero**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1993.

SUPLICY, Marta et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. Ed. 20. Petrópolis-RJ: editoras Vozes, 1999.

THUMS, Jorge; KIELING, Suzana Schuch Santos. **Reflexões sobre uma educação sexual: análise de um estudo exploratório**. Educação, PUCRS, Porto Alegre, ano XIII, n. 18, 1990.

TIBA, I. **Adolescência: o despertar da sexualidade**. São Paulo: Gente, 1994.

TOCKUS, R.B. **Sexualidade nos dias de hoje**: o sexo sem preconceitos. São Paulo: 1986.

TOVAR, Carlos M. **Democratia en Cuba Havana**: Editorial Jose Marti, 1995.

VALLADARES, Kátia Krepsky, **Orientação Sexual na Escola**, 2ed. São Paulo: Quartet, 2012.

VITIELLO, Nelson. **A necessária educação sexual**. Viver Psicologia, ano II, n. 15, p. 36-41, out. 1993.

_____. **A educação sexual necessária**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v. 6, n. 1, 1995.

_____; CONCEIÇÃO, Isméri Seixas Cheque. **O exercício da sexualidade na adolescência**. II. Educação sexual. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v. 2, n. 1, 1991.

VYGOTSKY, Liev S. **Obras escogidas I**. Madrid: Visor, 1991.

_____. **Obras escogidas II**. Madrid: Visor, 1993.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação infantil**. Lisboa: Estampa, 1981.

WEREBE, Maria José Garcia. **A implantação da educação sexual no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 26, set. 1978.

_____. **Sexualidade, política, educação**. Campinas, S.P.: Autores Associados, 1998.

ANEXOS

ANEXO I

Opiniões dos pais questões relacionadas à Educação Sexual

PERGUNTAS		PERCENTUAL
1 – Você se encontra na faixa etária entre:	20 – 29	30%
	30 – 39	50%
	40 - 49	20%
2 – Seu grau de instrução:	1º grau completo	70%
	1º grau incompleto	8%
	2º grau completo	3%
	2º grau incompleto	14%
	nível superior	5%
3 – Nível sócio econômico	Ruim	5%
	Médio	76%
	Bom	16%
	Ótimo	3%
4 – Seu credo religioso	Católica	65%
	Evangélica	30%
	Outros	5%
5 – Seu filho já lhe fez pergunta sobre sexo?	Sim	57%
	Não	43%
6 – Você respondeu naturalmente?	Sim	54%
	Não	46%
7 – Você fala sobre sexo com seu filho?	Naturalmente	46%
	Superficialmente	19%
	Não, pois falta mais informações de como fazê-lo.	8%
	Não, pois o mesmo deverá aprender com a vida	27%
8 – Tudo que você aprendeu sobre sexo foi:	Com os amigos	40%
	Com os professores	8%
	Com leituras	10%
	Pelas próprias experiências	38%
	Com seus pais	4%
9 – Você gostaria de ter obtido maiores informações	Sim	84%
	Não	16%
10 – A escola deveria propiciar aulas de Educação Sexual?	Sim	81%
	Não	19%
11 – Que idade você consideraria adequada para que seus filhos assista aula de educação sexual?	06 – 10 anos	19%
	10 – 12 anos	35%
	12 –a 15 anos	33%
	mais de 15 anos	13%

ANEXO II

Dúvidas dos alunos relacionadas à Educação Sexual

PERGUNTAS		PERCENTUAL
1 – Você gostaria de falar sobre sexo?	Sim	95%
	Não	5%
2 – O assunto é interessante	Sim	97%
	Não	3%
3 – Você faz perguntas sobre sexo aos pais?	Sim	43%
	Não	57%
4 – Seus pais respondem naturalmente?	Sim	28%
	Não	72%
5 – Gostaria de conhecer melhor seu corpo?	Sim	94%
	Não	6%
6 – Sente necessidade de obter maiores esclarecimento sobre sexo?	Sim	92%
	Não	8%
7 – Gostaria de ter aulas para falar sobre sexo na escola?	Sim	98%
	Não	2%
8 – Quem você gostaria que falasse sobre sexo na escola?	Professor	51%
	Diretor	6%
	Orientador	13%
	Palestrante	30%
9 – Gostaria de obter mais informações sobre:	Namoro	23%
	Virgindade	35%
	Casamento	12%
	Homossexualidade	30%

ANEXO III

**Opiniões dos professores sobre questões relacionadas à
Educação Sexual**

PERGUNTAS		PERCENTUAL
1 – Seus alunos já fizeram pergunta sobre sexo?	Sim	84%
	Não	16%
2 – Em suas aulas você já abordou assuntos referente à:	Amor	10%
	Namoro	9%
	Casamento	9%
	Virgindade	28%
	Óvulo- espermatozóide	34%
	Menstruação	5%
	Homossexualidade AIDS	19% 17%
3 – Você já fez algum curso sobre educação sexual?	Sim	40%
	Não	60%
4 – Se a resposta for negativa, responda: Gostaria de fazê-lo?	Sim	50%
	Não	50%
5 – Como educador, você considera importante aulas de educação sexual?	Sim	100%
	Não	0%
6 – Se no item 4, a resposta foi afirmativa, responda: Deveria haver um professor (a) específico na escola para as aulas de educação sexual?	Sim	100%
	Não	0%
7 – Nas reuniões de pais o assunto já foi discutido em sua escola?	Sim	0%
	Não	100%
8 – O que você acha de inserir, em sua escola a Educação Sexual, como disciplina do currículo do 1º grau?	Muito bom	100%
	Muito ruim	0%
9 – Se no item anterior, você estiver de acordo com a educação sexual, como disciplina do currículo do 1º grau. Estaria disposto (a) a abraçar essa causa e arregaçar as mangas nessa luta?	Sim	90%
	Não	0%
	Talvez	10%

ANEXO IV

QUADRO 1.

Professores Entrevistados

<p>1. Para você educador (a) o que é sexo?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para mim, sexo é um dos assuntos que deveria ser abordado em nossas vidas desde de pequenos, pois só assim seríamos capazes de agir e entender corretamente o que realmente significa, sem ter medo de falar e discutir o assunto. • Sexo é o que define masculino e feminino. • É a relação entre duas pessoas, geralmente um homem e uma mulher, onde à troca de carícias e sensação de prazer. A relação sexual deve ser consciente, pois sem uso de preservativos, existe o risco de doenças e gravidez. • Definição entre feminino e masculino. • É a diferença entre homem e mulher.
<p>2. Quando criança, quem falava sobre sexo com você?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Minha mãe, e algumas vezes os professores. • Na escola com a professora e minhas irmãs mais velhas. • Ninguém falava sobre sexo. • Minhas amigas. • Ninguém.
<p>3. Quais dificuldades que você educador (a) encontra quando se depara com situações que envolvem a sexualidade infantil?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Enquanto professores, algumas vezes ainda temos dificuldade em discutir determinados assuntos, pelo motivo de não ter um preparo para tais discussões. • Maior dificuldade é que as grandes maiorias dos pais não conversam sobre o assunto e muitos não gostam que falem pois acham os filhos ainda muito novos. • Em relação à descoberta da sexualidade, não sei até que ponto as atitudes das crianças são consideradas “naturais”. Admito que é difícil saber o que dizer quando os meninos em sala de aula mostram o pênis um para o outro. • É muito difícil, pois ainda hoje existem pais que não gostam que nos professores falamos sobre esse assunto com seus filhos. • Ainda não passei por isso.
<p>4. Para você educador (a) é fácil ou difícil falar sobre educação sexual com seus alunos? Porquê?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Depende muito da faixa etária em que os mesmos se encontram. Quando são pequenos isso se torna fácil pois suas dúvidas ainda são poucas e bastante “ingênuas”. • Para mim é fácil, pois sempre fui muito aberta sobre o assunto. • Acho difícil. Tenho receio de ser mal interpretada, apesar de achar que ser sincera e objetiva é o melhor caminho. • Acho muito difícil, tenho medo de não conseguir explicar correto, acho que deveria ter uma disciplina específica para isso. • Acho difícil.
<p>5. Para você a educação sexual deve ser orientada nas escolas? Ou essa é uma obrigação da família.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A educação sexual deve fazer parte dos assuntos de família e escola, pois somente estando juntos: pais e professores poderão ajudar a formar jovens e crianças conscientes. • Começa na família e a escola tem que orientar na forma formal sem malícia e preconceito. • Acho que família e escola devem trabalhar juntas também na orientação sexual. • A educação sexual começa na família, mas a escola tem que estar preparada. • As duas, mas a escola tem que ter alguém especializado no assunto.

<p>6. Quais as curiosidades das crianças em relação à educação sexual?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Isso varia muito de faixa etária, na primeira infância, suas dúvidas mais frequentes são: como nascem os bebês, como eles são feitos... • preservativo e como se engravida. • Não respondeu. • Depende muito da idade. • Não respondeu.
<p>7. Como está sendo abordado a questão da sexualidade na escola?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para ser bem sincera, temos abordado esse tema nas aulas de ciência ou quando alguma dúvida surge. Penso, que deveríamos ter pessoas especializadas para trabalhar esses assuntos em todas as escolas. • Acho que pelos meios legais da questão respeitando as curiosidades, idades e a série que frequenta. • Ainda há dificuldade em falar sobre sexo na escola. É um assunto que deveria ser mais explorado entre as crianças e adolescentes. • Acho que está sendo pouco abordado. • Bem pouco.

Fonte: Dados levantados junto aos professores, pedagogos, coordenadores e pais das escolas. EEEFM “Almirante Barroso”, do Município de Vitória/ES e EEEFM “Arlindo Ferreira Lopes” do Município de Serra/ES.

O quadro 1 apresenta dados e algumas informações dos educadores entrevistados. Segue-se no quadro as respostas dos resultados obtidos na entrevista aplicada. Ao analisar as falas dos questionários percebemos que poderiam ser divididas em categorias. Essas categorias possibilitaram uma melhor descrição das falas apresentada, ficando assim distribuídas:

A) A família e a escola trabalhando junto na orientação sexual – Trata-se dos dados levantados junto aos professores.

B) As dificuldades dos educadores quando se deparam com situações que envolvem a sexualidade no cotidiano escolar – Refere-se aos dados levantados junto aos professores.

C) A questão da sexualidade na escola: orientação ou educação? – Trata-se dos dados levantados junto aos professores.

